RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO – EXERCÍCIO DE 2023

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal, a instituição, a organização, as atribuições, as atividades e as demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de Lei Municipal, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

Considerações Iniciais

O município de São João do Oeste foi criado pela Lei Estadual nº 8.475 de 12/12/1991 e instalado em 01 de janeiro de 1993, desmembrado do município de Itapiranga. A denominação do município é decorrência de um processo de consulta popular que resultou em 72% de preferência da população pelo nome “São João do Oeste”.

A área que constitui o atual Município de São João do Oeste foi colonizada pelo Volksverein, entidade do Rio Grande do Sul, que adquiriu a área, loteou-a em colônias, chácaras e terrenos de perímetro urbano e passou a incentivar a sua ocupação atraindo agricultores de diversos municípios do Rio Grande do Sul.

A comunidade sede teve o seu início de colonização em 1932 com a celebração de uma missa presidida pelo Pe. Teodoro Treis. Após esta data, gradativamente os colonos do Rio Grande do Sul adquiriam terras e vinham penetrando nas matas e ocupando as suas posses.

No interior do Município, a entrada dos primeiros desbravadores nas diferentes comunidades se deu entre os anos de 1926 a 1940, sendo que as primeiras comunidades a receberem os colonos foram as de Macuco, Fortaleza, Jaboticaba e Ervalzinho, isto pela facilidade de acesso por via fluvial.

Como o ponto central das Comunidades já estava definido através de uma colônia de terra, doada pela colonizadora, tão logo que certo número de habitantes passava a residir no perímetro da comunidade começavam os trabalhos para a construção de uma capela e uma escola, sempre com o incentivo dos padres católicos, uma vez que os colonizadores, como previam as normas do Volksverein, tinham que ser católicos e de origem alemã.

Durante diversos anos a evolução de São João, tanto da sede como do interior foi muito lenta, isto em virtude das dificuldades de comunicação e comércio. Inclusive o abastecimento dos primeiros habitantes vinha pelo Rio Uruguai.

A sede de São João do Oeste, assim como muitas outras comunidades, teve a sua via de comunicação através de estradinhas estreitas conhecidas como “Meterweg” – feitas pelos próprios agricultores com pá e picareta. Estas mesmas estradinhas foram em muitos casos, posteriormente alargadas e deram origem às atuais estradas.

Em 1956, o povoado de São João foi elevado à categoria de Distrito, através da Lei Municipal nº 01 de 16/05/55 e posteriormente pela Lei Estadual nº 234 de 10/11/55. As divisas ficaram estabelecidas na Lei Municipal.

O município é formado, além da sede, de mais 11 comunidades ou linhas: Cristo Rei, Beato Roque, Vale Pio, Ervalzinho, Fortaleza, Jaboticaba, Macuco, Alto Macuco, Medianeira, Palmeiras e Itacuruçu, todas, com exceção da última, desmembradas do Município de Itapiranga.

Quatro Municípios são limítrofes com São João do Oeste:

·           Itapiranga – ao Sul e Oeste

·           Tunápolis – ao Norte

·           Iporã do Oeste – ao Norte e ao Leste

·           Mondaí – ao Leste.

No campo, São João do Oeste destaca-se pela agricultura familiar, sendo que a agricultura e pecuária formam a base da economia do município. Os principais produtos agrícolas produzidos para comercialização são o milho, o fumo e o feijão e na pecuária destacam-se a criação de frangos, suínos e gado leiteiro.

São João do Oeste é um município do Extremo Oeste Catarinense, a 727 quilômetros de Florianópolis. A sua área é constituída de 163,304 km². Na sede municipal, a altitude em relação ao nível do mar é de 300 metros. Em outros pontos a altitude varia entre 180 m (vale dos rios nas linhas macuco e Fortaleza, divisa com o município de Itapiranga) 580 m na Linha Cristo Rei, na divisa com Iporã do Oeste.

As coordenadas geográficas, na sede do município de São João do Oeste são: latitude 27°05’52” ao Sul da linha do Equador e longitude 53°35’38” ao Oeste de Greenwich.

São João do Oeste faz limite ao Sul e Oeste com município de Itapiranga, ao Norte com Tunápolis, ao Norte e Leste com Iporã do Oeste, ao Leste com município de Mondaí.

O clima (segundo a metodologia proposta por Köeppen), é subtropical, mesotérmico úmido e verão quente. O clima é assim classificado em razão da temperatura média ser superior a 22°C, nos meses mais quentes.

A precipitação pluviométrica oscila em torno de 1.800mm anuais, distribuídos entre as quatro estações do ano. A umidade relativa do ar é alta: na média, cerca de 87% Na formação vegetal do município, temos como predominância a Floresta Estacional Decional, com destaques: Grápia, Cabriúva, Cedro, Louro-Pardo, Canafístula, Guatambu, Guajuvira, Canelas. E em segundo plano, a Floresta Ombrófila Mista, com destaque para o Pinheiro – Brasileiro, Angico-Vermelho, Maria-Preta, Cedro e Erva-Mate.

Comparada à sua vegetação original, o município está fortemente descaracterizado. De acordo com a Fatma (Fundação do Meio Ambiente), apenas cerca de 12 a 15% do território regional encontra-se ocupado por vegetação original. O restante está ocupado por lavouras e pastagens, reflorestamento de espécies exóticas, principalmente.

Os solos predominantes no município são Cambissolos e Neussolos, caracterizados pela boa fertilidade natural, pedregosidade frequente e profundidade média pequena.

Os relevos são classificados em terras acidentadas, 50%; terras onduladas, 30%; terras suavemente onduladas, 20%. Apenas em torno de 20% são mecanizáveis.

Geologicamente nosso município apresenta rochas vulcânicas da formação Serra Geral, constituindo a cobertura do Aquífero Guarani. Predomínio de rochas basálticas. Forte domínio de rochas compactas, praticamente impermeáveis ou então com poucas fraturas. Por esta razão o município e microrregião são caracterizados como de baixo potencial hidro geológico, isto é, os poços profundos para a captação de água são relativamente improdutivos.

Na região Oeste de Santa Catarina existem basicamente dois grandes reservatórios de água subterrânea; o Aquífero Guarani (também chamado de Botucatu) e o Aquífero Serra Geral.

O Aquífero Serra Geral (rochas vulcânicas de formação Serra Geral) constitui a primeira camada, cobrindo o Aquífero Guarani. Portanto o Aquífero Guarani é confinado (fechado). Seu topo ocorre em profundidades que variam entre 300 a 1200m.

Dentro do Aquífero Guarani, São João do Oeste possui um poço tubular – poço de grande profundidade - de 1.372m. Em vista do conteúdo de sólidos totais dissolvidos, a água com características muito salinas é imprópria para o consumo humano, prestando-se muito bem para balneário de águas termais e minerais. O município construiu um amplo parque de águas termais em função do poço profundo que fornece água acima de 50°C.

A hidrografia do município de São João do Oeste é formada por cursos de água de pequeno porte (0 a 10m de largura) e a drenagem de cerca de 80% da área territorial municipal acontece por meio de arroios que nascem dentro do município.

A rede hidrográfica principal está encerrada em três vales principais; Arroio Dourado, Arroio Fortaleza e Arroio Macuco. Os leitos dos mesmos estão orientados no sentido Norte-Sul, sendo que as nascentes se encontram na face norte, sendo seu fluxo desembocado diretamente no Rio Uruguai, já no município de Itapiranga. Apenas o Arroio Jundiá tem seu nascedouro no município de Iporã do Oeste, drenando cerca de 20% do território de São João do Oeste. O divisor genérico que determina a divisão dos fluxos coincide com o traçado da rodovia SC 472 (Iporã do Oeste - Itapiranga). O Arroio Jundiá é tributário do Rio Macaco Branco, nele desembocando já dentro do município de Tunápolis.

Pela profundidade em que se encontra, tirar água do Aquífero Guarani é normalmente de custo maior quando comparado ao Aquífero fraturado da Serra Geral (0 a 300m aproximadamente). Porém, como já comprovado na prática, nossa microrregião apresenta uma das piores condições hidro geológicas: pouca condição de armazenamento de água dentro das rochas que são espessas, duras, e com poucas fraturas ou fendas, além do relevo muito descontínuo.

São João do Oeste possui aproximadamente 13 quilômetros de Rodovias asfaltadas pelo governo estadual: SC 472, trecho compreendido de Cristo Rei até Beato Roque e SC 496, trecho Beato Roque – São João do Oeste, perfazendo 5,8 Km. O município asfaltou a maioria das ruas da cidade, além de 800m em Cristo Rei (em 2002) e em torno de 341m na comunidade de Beato Roque (em 2008). No ano de 2019, foi pavimentado 250 metros em Linha Ervalzinho (2019) e 200 metros em Linha Jaboticaba (2019). E no ano de 2020 foi pavimentado um total de 1.746,68 metros divididos em várias ruas. Já no ano de 2021, em torno de 1.446,92 metros de pavimentação foram executadas em diversas ruas do município. Dentro do perímetro urbano temos aproximadamente 60 quilômetros de ruas, boa parte já asfaltada, e cerca de 1.100 quilômetros de estradas nas zonas rurais.

Destaca - se ainda, que no ano de 2023, foram iniciadas algumas pavimentações asfálticas, que terão a conclusão durante o ano de 2024, perfazendo um total de 978,90m, sendo que desse montante assim dividido:

- Rua Padre André – Beato Roque: 124,40m

- Rua 19 de Maio – Parte 1 – Beato Roque: 540,0m

- Rua Pio XII – Beato Roque: 102,50m

- Rua da Matriz – Cristo Rei: 212,00m

O atual município instalou, por conta e custo dos moradores, telefonia comunitária, em 1954 (na sede e em Cristo Rei e Beato Roque). Em 1973 a rede particular foi encampada pela Telesc – Empresa de Telefonia de Santa Catarina – em troca do sistema DDD – discagem direta à distância. Sede, Beato Roque e Cristo Rei receberam cabos de cobre o que permitiu o telefone. Em 1981, Cristo Rei conseguiu ampliar o número de telefones para 13 residências. No ano de 2000, a Telesc construiu uma central telefônica de fibra ótica na localidade de Cristo Rei e no ano seguinte, a mesma tecnologia foi instalada na sede do município. A central de fibra ótica permitiu a construção de torres de telefonia com antenas direcionadas para micro centrais localizadas nas comunidades rurais onde grupos de até 10 assinantes puderam ter telefone. Assim, em 2006 todo o território do município estava conectado ao telefone. Algumas residências interioranas optaram pelo telefone celular rural. Os resultados não foram bons. A Sede possui instalada uma torre de telefonia celular da TIM. Muitas famílias têm acesso à internet, sendo que na Sede, a maioria tem o sistema ADSL e, no interior, o sistema rádio (torre central).

Os principais jornais em circulação no município são o Força do Oeste, Expressão, Correio do Povo, Correio Riograndense e Diário Catarinense. As revistas que mais circulam no município são a Época, Veja, Isto É, Crescer, Globo Rural e o Livro da Família.

Fontes: Secretaria Municipal de Agricultura/IBGE/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e setor de Engenharia Municipal.

**POPULAÇÃO**

ETNIAS: População predominantemente pertencente ao grupo étnico ariano. Os colonizadores germânicos encontraram etnias diferentes como os afrodescendentes e outros parecidos com os nativos (índios). ORIGENS: Ocorreram dois fluxos de imigração Germânica: um provindo diretamente da Europa e outro originários das colônias gaúchas.

No grupo oriundo da Europa além dos que vieram da região onde hoje é a Alemanha, tivemos imigrantes de Russos, Bessarabianos (Moldávia, Ucrânia, Bessarábia, Criméia) e Iugoslavos. No segundo grupo, da qual descende a maioria, é originário do Rio Grande do Sul, proveniente da região das antigas colônias alemãs.

O grupo dos caboclos são remanescentes de empresas exploradoras de madeiras da Argentina e Uruguai (Jaboti e Louis Pastore) e o grupo que para os colonizadores eram de origem incerta, alguns os consideravam oriundos de expedições missionárias, outros consideravam índios ou desgarrados de empresas.

O município de São João do Oeste tem como principal atividade econômica do setor primário a agricultura e pecuária com destaque nas atividades leiteiras, suinocultura e avicultura.

O setor secundário abrange as indústrias de transformação. Já o setor terciário, abrange as áreas de construção, comércio, alimentação, transporte, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas, administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços coletivos, sociais e pessoais e serviços domésticos.

A economia do município, que estava baseada na pequena propriedade num sistema de policultura nos seus primeiros 50 anos de colonização, sofreu uma ruptura na sua economia nos anos 70 com a instalação da primeira agroindústria. Passou de um sistema de policultura com fins de autossuficiência para um sistema de produção intensiva de animais: suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite. Todo esse processo foi alavancado pela instalação das primeiras agroindústrias, que gradativamente aumentaram sua produção e consequente necessidade de matéria-prima. Em decorrência, os recursos naturais, especificamente os hídricos, sofreram grande impacto, tanto no uso como na sua degradação. Toda essa pressão causada pela cadeia produtiva agrícola comprometeu primeiramente os recursos hídricos das propriedades, das comunidades e da sede do município.

Baseado no levantamento a partir dos sistemas informatizados da saúde, a população atualizada (dezembro/2023) encontra-se assim distribuída:

|  |  |
| --- | --- |
| **RELATÓRIO CONSOLIDADO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO** | |
| Total de usuários no território | 6804 |
| Total de domicílios no território | 2443 |
| Total de famílias no território | 2406 |
| Rural | 1279 |
| Urbana | 1164 |

**ASPECTOS CULTURAIS**

Para entender melhor os aspectos culturais, é importante esclarecer que São João do Oeste faz parte de um projeto de colonização organizado pelos padres Jesuítas, oriundos da Europa, em 1880, para cuidar dos imigrantes alemães católicos do Rio Grande do Sul, que vieram, na sua maioria, refugiados da Alemanha para o Brasil. Com o apoio do Padre Amstand e outros, fundou-se o Volksverein, somente para alemães católicos do Rio Grande do Sul, em 1912.

Em 1926, o Volksverein, com o apoio dos Jesuítas, criou a colônia de Porto Novo, hoje abrangendo a região formada pelos municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste. Essa colônia foi dividida em lotes e somente conseguia comprar um desses lotes quem era de origem alemã e católico.

Desde o começo, priorizou-se a educação, tanto que as comunidades eram organizadas em torno da escola que, muitas vezes, servia também de capela para as celebrações religiosas, sendo, por isso, denominada de igreja e escola. O professor inicialmente era pago pelos próprios pais e ensinava as crianças em língua alemã.

Em torno da escola surgiram, aos poucos, a igreja, a casa do professor, a casa comercial, o clube social e outros. Sob este prisma colonizacional, assentaram-se os alicerces dos traços socioculturais que hoje caracterizam e orgulham São João do Oeste.

Preservaram-se a língua alemã, como também as tradições da cultura germânica trazidas pelos colonizadores. Dedica-se prioridade à educação, sendo que o município de São João do Oeste é destaque nacional, recebendo, por 3 anos consecutivos, o mérito do título de município com menor índice de analfabetismo do Brasil. Foi também reconhecido como a Capital Catarinense da Língua Alemã, quando da promulgação da Lei Estadual nº 14.467, uma vez que, cerca de 96% da população se comunica através desse idioma.

Para promover o lazer, existem no município associações que promovem eventos culturais e esportivos. Os esportes que predominam no município são futebol de salão, futebol de campo, bocha, bolão, vôlei de areia, vôlei de quadra, quarenta e oito, sinuca e futebol sete. Funcionam no município diversas escolinhas de futebol, vôlei, futsal e atletismo.  Para incentivar a prática esportiva ocorrem, de dois em dois anos, os jogos abertos municipais – JASJO - promovendo-se, assim, a integração das entidades e comunidades em diversas modalidades esportivas. Também são realizados, anualmente, campeonatos municipais de futebol de campo, voleibol, quarenta e oito, bolão, entre outros.

**ASPECTOS ADMINISTRATIVOS**

O Poder Executivo atual é representado pelo Prefeito Genésio Marino Anton e pelo Vice-Prefeito Rudi Aloísio Rasch, eleitos para o quadriênio 2021-2024. O endereço da sede administrativa é a Rua Encantado, 66 - Centro - CEP 89.897-000 - São João do Oeste/SC. Inscrição no CNPJ sob Nº 80.911.936/0001-03, Telefone (49) 3195-2000, e-mail:prefeitura@saojoao.sc.gov.br e Site www.saojoao.sc.gov.br.

O Poder Legislativo atual é composto por nove vereadores, sendo presidido em 2023 por Gervásio Jungblut. O endereço da sede administrativa é a Rua Padre Francisco Xavier Riederer, 99 - Centro - CEP 89-897-000 - São João do Oeste/SC. Telefone (49) 3636-1509, e-mail:camara@saojoao.sc.gov.br e Site www.camarasaojoao.sc.gov.br.

I - Informações e Análise Sobre Matéria Econômica, Financeira, Administrativa e Social

Para os serviços públicos prestados aos munícipes, o poder executivo municipal possui uma estrutura administrada composta de 05 Secretarias Municipais: Administração, Finanças e Planejamento; Educação Cultural e Esportes; Obras e Urbanismo; Saúde e Promoção Social; Agricultura e Saneamento Básico.

No município inexiste lei específica determinando e formalizando a estrutura organizacional. Contudo, as secretarias são organizadas em setores e departamentos, cada qual, cumprindo com suas especificidades.  
 No exercício de 2023, contou com um quadro de 135 efetivos135, 27 comissionados, 9 estagiários, 9 empregados públicos – CLT, 4 conselheiros tutelares e 24 servidores temporários – ACT, lotados nos diversos órgãos da administração.

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Principais indicadores financeiros e econômicos** | | |
| **Liquidez Financeira** | | **Até Período** |
| (+) Ativo Financeiro | | 15.580.727,00 |
| (-) Passivo Financeiro | | 3.131.186,00 |
| **Deficit/Superávit** | | **12.449.541,00** |
| **Liquidez Corrente** | | **Até Período** |
| (+) Ativo Circulante | | 17.542.813,09 |
| (-) Passivo Circulante | | 3.131.186,00 |
| **Deficit/Superávit** | | **14.411.627,09** |
| **Despesa Corrente X Receita Corrente** | **No Período** | **Até Período** |
| (-) Despesas Correntes | 2.720.675,99 | 40.570.089,45 |
| (+) Receitas Correntes | 4.786.498,45 | 45.636.272,65 |
| (+) Transferências Recebidas | 0,00 | 0,00 |
| **Superávit** | **2.065.822,46** | **5.066.183,20** |
| **%** | | **88,90** |
| **Evolução do Patrimônio Liquido** | | **Até Período** |
| (+) PL Final | | 68.171.008,07 |
| (-) PL Inicial | | 61.560.662,95 |
| **Deficit/Superávit** | | **6.610.345,12** |

b) Análise sobre a Situação Administrativa

Política de RH: O controle de Ponto dos servidores é realizado de forma eletrônica, usando biometria das digitais em sua totalidade. O controle seguiu as diretrizes da Normativa 01/2023 expedida pelo órgão do Controle Interno do município. Todos os servidores realizaram registro de ponto, mesmo os excetuados pela Lei Orgânica (agentes políticos, comissionados e/ou com função gratificada), através de portaria expedida pelo executivo.

Em relação a treinamentos, o próprio estatuto do servidor prevê benefícios aos servidores que se aperfeiçoarem durante o exercício de suas atividades. A administração oferece oportunidades para que o servidor possa estar participando de cursos e treinamentos, não demonstrando impeditivos neste quesito. Diárias e ajudas de custos foram dispendidas neste sentido, como também, a contratação de palestrantes e instrutores para melhorar e aperfeiçoar as atividades desempenhadas**.**

Com relação a remuneração, e em conformidade com a Lei 1194/2023, foi concedida uma revisão geral anual de 3,79% aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas correspondente a inflação registrada pelo índice do IGPM no período de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024.

- LEI Nº 1.994, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas e dá outras providências.

Este Setor realiza um trabalho louvável no que tange o controle de concessão de diárias, estando assertivo quanto às necessidades das secretarias e orientando os servidores quanto ao processo. No exercício de 2023, no tocante a concessão de diárias, teve-se o seguinte resultado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DIÁRIAS – EXERCÍCIO DE 2023 - CONSOLIDADO** | | | |
| **Mês** | **Valor** | **Mês** | **Valor** |
| Janeiro | 17.759,30 | Julho | 31.105,05 |
| Fevereiro | 41.970,45 | Agosto | 48.892,41 |
| Março | 70.946,20 | Setembro | 37.624,92 |
| Abril | 27.491,25 | Outubro | 25.271,22 |
| Maio | 54.524,21 | Novembro | 39.699,44 |
| Junho | 44.433,81 | Dezembro | 12.875,55 |
| TOTAL: | | | **452.593,81** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DIÁRIAS – EVOLUÇÃO HISTÓRICA** | | | | |
| **2023** | **2022** | **2021** | **2020** | **2019** |
| 452.593,81 | 390.337,33 | 151.017,89 | 68.726,16 | 159.089,86 |

No setor do RH também é desenvolvido um trabalho de controle dos afastamentos dos servidores, seja por motivos de saúde ou outros. No exercício de 2023, um total de 27 servidores com afastamento pelo INSS, 9 auxilio maternidade e a Acidentes de Trabalho.

**Condições de Trabalho:**   
 Considerando-se a atividade rotineira e cotidiana dos servidores, cada qual lotado em seus respectivos locais de trabalho, conclui-se que as condições físicas lhes colocados à disposição, garantem ótimo ambiente para execução de suas atividades.  
 Especificando-se os locais físicos, a quase totalidade das salas é contemplada com sistema de ar condicionado, tanto no setor administrativo, como também nas unidades externas, como salas de aulas e demais anexos. O maquinário e a infraestrutura tecnológica também condizem e atendem com a necessidade e demanda, sendo investimentos rotineiros feitos nessas áreas para garantir o bem-estar do servidor e a celeridade dos trabalhos.

Com relação ao parque tecnológico, condizente a redes, internet e telefonia, entende-se que o mesmo se encontra adequado, com constantes atualizações para acompanhar a evolução e necessidades deparadas.

Todas as admissões são precedidas por exames admissionais. Os exames periódicos dos enquadrados como celetistas estão todos nos conformes, o que não ocorre em plenitude com servidores do quadro estatutário. Setor de RH gradativamente está organizando e deixando em conformidade a situação desses servidores, cujo processo, está praticamente já contemplando a totalidade.

Em relação à segurança do trabalho, os demonstrativos PPRA, LTCAT, PPP, PCMSJO, foram elaborados, estando ativos e periodicamente atualizados. Também são disponibilizados os EPIS aos servidores, conforme regência legal, como dadas as orientações para o correto manuseio dos mesmos.

Durante o exercício de 2023, não houve nenhum caso de acidente de trabalho.

Processos Internos:

A maioria dos processos internos ocorre informalmente, uma vez que se trata de unidade administrativa de pequeno porte e centralizada, cujo acesso a cada servidor de forma física fica muito facilitada.

Obviamente que contatos vem se apoderando dos meios tecnológicos e são amplamente difundidos. Neste quesito, o telefone continua sendo um grande instrumento, sendo, no entanto, incentivados cada vez mais a adoção de ferramentas de comunicação gratuitas como o Whatsapp.

Adota-se também um sistema de comunicação interna, através de servidor e aplicativo de mensagens internas, exclusivamente para atividade de comunicação e troca de arquivos.

Não existe formalização de nenhum processo no tocante a jornal interno ou intranet

Governança em Tecnologia da Informação:

Em relação ao parque tecnológico, focando-se na estrutura física disponível, pode-se constatar:

- Computadores: no setor administrativo, ocorreu uma completa restruturação nos últimos anos, atualizando todos os equipamentos por modelos com ótimas configurações. A substituição desses equipamentos permitiu também ampliar e/ou adaptar os laboratórios de informática nas unidades escolares, bem como, ampliar o acesso à população para pesquisa junto à biblioteca pública. Seguindo uma política de atualização de hardware, os laboratórios das Unidades Educacionais são continuamente readequados, com mobiliário e equipamentos novos para atender os alunos desses educandários.

- Rede/Internet: a prefeitura é abastecida com link dedicado de internet, por meio de fibra ótica, num total de 50Mbps. Essa capacidade é subdivida e controlada internamente pelo setor de TI, entre as unidades e departamentos da prefeitura. Internamente, cada ponto é abastecido através de cabo. As unidades externas, são abrangidas por meio de rádio, via antenas de 5.4Ghz e/ou, onde tem possibilidade, com fibra ótica.

Sinal wireless encontra-se disponível em toda unidade administrativa, bem como demais setores e departamentos. O controle de acesso à internet ocorre através de login individualizado para cada servidor. Também é disponibilizado sinal para acesso público nas unidades administrativas, praças e locais públicos.

- Sistemas de Informação: a grande maioria de sistemas utilizados na prefeitura são de terceiros, licitados e locados para a execução das atividades. Integram ainda os sistemas disponibilizados pelos órgãos governamentais para atendimento de áreas específicas.

- Servidores: dentro da estrutura tecnológica, dispõe-se de equipamentos destinados como servidores de redes e de dados. No município de São João do Oeste, o servidor de domínio de página, e-mail é próprio e interno, além de outros serviços, sendo gerenciado pela equipe de TI.

- Normatização: O Controle Interno, através da Instrução Normativa 01/2018, regulamentou o uso, manuseio e acesso aos equipamentos e recursos de Tecnologia no âmbito da administração municipal.

c) Analise da Atuação da Gestão em Relação aos Aspectos Sociais

Cada vez mais o cidadão e o poder público municipal estão conectados à rede mundial de computadores através da internet. Neste sentido, a administração municipal prima pela legalidade, disponibilizando ao munícipe o acompanhamento dos atos do poder executivo através do portal da transparência. Implantou-se uma etapa importante deste processo, por meio do sistema de protocolo digital que visa dar mais agilidade, transparência e controle das demandas requeridas junto a municipalidade.

**SETOR DA AGRICULTURA**

Na área da agricultura, o município manteve os investimentos nos mais diversos programas de incentivo, expansão e melhoramento das atividades no setor com o objetivo de fomentar a produção agrícola, gerar emprego e renda, minimizar o êxodo rural mantendo o jovem no campo, haja vista que mais de setenta por cento do movimento econômico do município é proveniente do setor da agricultura, com destaque na criação e terminação de suínos, frangos e a pecuária de leite, sendo esta última a atividades de cunho social mais importante do município tendo em vista a quantidade de famílias que envolve e por ser a que representa melhor a agricultura familiar.

A concessão de Bônus Agrícola, autorizado pela Lei nº 1.572/14, tem como objetivo incentivar a produção do setor primário, regulada pela expedição de Nota Fiscal de Produtor Rural. Conforme a legislação, o produtor rural recebe um valor financeiro que é determinado em percentual sobre o valor comercializado de produção primária durante o exercício do ano anterior.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2017 | 400.000,00 | 1.154 |
| 2018 | 400.000,00 | 1.155 |
| 2019 | 400.000,00 | 1.154 |
| 2020 | 400.000,00 | 1.117 |
| 2021 | 720.000,00 | 1.092 |
| 2022 | 1.000.000,00 | 1.047 |
| 2023 | 720.000,00 | 1.067 |

O programa de apoio a horta familiar, autorizado pela Lei nº 770/04, tem como objetivo incentivar todas as famílias do município (rural e urbana) de cultivar uma horta na sua propriedade, sem o uso de agrotóxicos. As famílias poderão pegar até 200 mudas de hortaliças durante o ano.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2017 | 43.103,88 | 1.372 |
| 2018 | 42.566,40 | 1.340 |
| 2019 | 45.003,36 | 1.410 |
| 2020 | 42.262,20 | 1.829 |
| 2021 | 45.000,00 | 1.881 |
| 2022 | 55.600,00 | 1.947 |
| 2023 | 55.651,00 | 1.858 |

O município também oferece mudas de plantas nativas e exóticas cultivadas no viveiro municipal para os munícipes. Tal iniciativa é respaldada pela lei nº 2013/2023.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Quantidade mudas entregue** | **Beneficiados** |
| 2023 | 41.754 | 429 |

O programa de subsídio de exames de tuberculose e brucelose no plantel leiteiro, autorizado pela Lei nº 1.744/17, tem como objetivo ajudar financeiramente os produtores de leite que tem sua propriedade interditada pela CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) por motivo da constatação das doenças de tuberculose e brucelose. O valor subsidiado pelo poder executivo é de R$ 15,00 por animal examinado, caso reincidente o valor é de R$ 7,50.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2017 | 0,00 | 0 |
| 2018 | 15.360,00 | 15 |
| 2019 | 8.385,00 | 4 |
| 2020 | 16.440,00 | 15 |
| 2021 | 28.035,00 | 19 |
| 2022 | 45.660,00 | 22 |
| 2023 | 40.695,00 | 42 |

O programa de incentivo por metro quadrado e metro cúbico construído em propriedades rurais, autorizado pelas Leis Municipal nº 1.486/14 e Lei nº 1.831/19, tem como objetivo a concessão de incentivos financeiros para manutenção, expansão e diversificação da propriedade rural, visando o desenvolvimento econômico-social, especialmente os que venham ampliar a renda e a dignidade do agricultor e sua família. O poder executivo incentiva a implantação ou a expansão das atividades de avicultura, suinocultura, bovinocultura, fumicultura, construção de cisternas para preservação de água e esterqueiras e ainda agroindústrias familiares.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2017 | 9.982,49 | 9 |
| 2018 | 65.193,77 | 31 |
| 2019 | 67.643,10 | 24 |
| 2020 | 124.255,68 | 36 |
| 2021 | 229.003,13 | 38 |
| 2022 | 347.753,36 | 37 |
| 2023 | 483.136,30 | 34 |

O programa de melhoramento genético, autorizada pela lei municipal nº 1.833/19 tem como objetivo melhorar a genética do gado bovino, aumentando dessa forma a produção de leite e carne. O município adquire o sêmen, luvas e bainhas e entrega gratuitamente aos produtores para o uso no seu rebanho.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2017 | 278.881,01 | 638 |
| 2018 | 302.582,91 | 692 |
| 2019 | 418.520,00 | 626 |
| 2020 | 412.950,00 | 595 |
| 2021 | 235.580,75 | 665 |
| 2022 | 398.030,00 | 665 |
| 2023 | 319.705,00 | 621 |

A lei municipal nº 1.982/22 autoriza o programa de aprimoramento genético, promovendo modificações na legislação 1.833/19 que estabelece as diretrizes para o melhoramento genético do gado bovino. Esse ajuste visa ampliar a produção de leite e carne. Por meio dessa regulamentação, a municipalidade contribui financeiramente cobrindo parte dos custos relacionados às doses de sêmen melhorado que o produtor adquire.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2023 | 18.825,00 | 27 |

O município também disponibiliza aos agricultores Nitrogênio líquido para abastecimentos dos botijões que os produtores possuem para armazenar sêmen em suas propriedades.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2021 | 14.827,26 | 55 |
| 2022 | 23.744,03 | 54 |
| 2023 | 32.272,91 | 57 |

O município também tem o atendimento clínico de dois médicos veterinários. Os profissionais atendem gratuitamente todos os casos clínicos no gado bovino.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Atendimentos** | **Beneficiados** |
| 2017 | 1.989 | 513 |
| 2018 | 1.744 | 458 |
| 2019 | 1.446 | 389 |
| 2020 | 1.292 | 408 |
| 2021 | 1.741 | 450 |
| 2022 | 2.300 | 450 |
| 2023 | 2.601 | 379 |

Gestão Ambiental, política municipal do meio ambiente e o sistema municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental. É o procedimento ambiental para obtenção de Licença Ambiental, em todas as suas fases (LAP, LAI e LAO), Autorização Ambiental (AuA), Declaração de Atividade Não Constante (DANC), Certidões de Conformidade Ambiental (CCA), no âmbito do município de São João do Oeste/SC. O trabalho é feito em parceria técnico-jurídica com o CONDER (Consórcio de Desenvolvimento Regional), seguindo os procedimentos estabelecidos na Resolução do CONSEMA/SC 98/2017.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Documentos Emitidos** | **Valor Arrecadado** |
| 2020 | 43 | 79.563,50 |
| 2021 | 108 | 79.782,29 |
| 2022 | 87 | 54.268,22 |
| 2023 | 85 | 73.960,12 |

Programa Propriedade Limpa, autorizado pela lei nº 1.763/18.Consiste em um trajeto trimestral, onde é realizada a recolha seletiva reciclável (papelão, plásticos, sacarias de ráfia, lonas usadas nas silagens, pneus e vidros) nas comunidades do interior. São marcados pontos de coleta e o produtor deposita seu lixo no dia marcado para a recolha.

|  |  |
| --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** |
| 2020 | 72.360,00 |
| 2021 | 114.427,12 |
| 2022 | 124.733,08 |
| 2023 | 194.825,08 |

O programa de incentivos ambientais, estabelecido pela LEI Nº 2.008/2023, visa regulamentar a atuação do Poder Público Municipal em relação aos serviços ambientais e incentivos financeiros, com o propósito de fomentar o desenvolvimento ambiental sustentável e incrementar a oferta desses serviços em toda a extensão do território municipal. Os incentivos estão categorizados da seguinte forma:

1. Incentivo a construção de estruturas de biodigestores individual e ou cooperativa.   
   O incentivo a implementação de estruturas de biodigestores tem objetivo de promover estabelecimento de sistemas para o tratamento de resíduos provenientes da suinocultura, com a finalidade de produzir biogás, visando aprimorar a qualidade do efluente resultante (biofertilizante) para aplicação em áreas destinadas à agricultura. Essa abordagem busca minimizar os impactos ambientais adversos e prevenir a contaminação de recursos hídricos, ao mesmo tempo em que promove a geração de energia por meio de uma fonte renovável.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Beneficiados** |
| 2023 | 50.000,00 | 01 |

1. Implantação e proteção de mata ciliar.

O Programa proteção de mata ciliar tem o objetivo de implementar medidas destinadas a garantir o isolamento, regeneração ou preservação da vegetação nativa e a proteção do solo em áreas que margeiam às nascentes e aos leitos naturais de água, como rios e seus afluentes, impedindo a poluição dos mesmos e o acesso de espécies animais que possam causar danos à vegetação. Através deste incentivo são disponibilizados palanques tratados e perfurados aos munícipes inscritos no programa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Quantidade Palanques/UND** | **Beneficiados** |
| 2023 | 10.146,00 | 570,00 | 6 |

1. Proteção e cobertura de solo agrícola.

O incentivo de proteção cobertura de solo agrícola tem a finalidade de manter o solo coberto e promover a produção de palhada em áreas destinadas à agricultura, visando proteger o solo de forma eficaz, reduzir a erosão em cultivos anuais e, consequentemente, diminuir o assoreamento dos rios e seus afluentes. Todas a ação voltada à preservação do solo para agricultura, à qualidade da água e à conservação do ambiente natural ao seu redor. Através deste incentivo será disponibilizado mix de sementes de inverno e de verão para cobertura de solo aos munícipes inscritos no programa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Quantidade Entregue/kg** | **Beneficiados** |
| 2023 | 14.592,00 | 1.900 | 16 |

1. Proteção de fontes

O Município também incentiva a Proteção de Fontes em propriedades do interior que não possuem abastecimento em suas residências rurais por meio da conservação das Nascentes com relação a agentes contaminantes externos, sejam eles biológicos, químicos e/ou físicos. O município auxilia o produtor com a máquina para a abertura da fonte quando necessário, oferece orientação técnica e fornece para promover a preservação e proteção além de um tubo de concreto e uma tampa de concreto. O valor descrito é referente ao custo dos tubos e tampas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Propriedades Beneficiados** |
| 2020 | 3.350,00 | 40 |
| 2021 | 3.800,00 | 40 |
| 2022 | 3.990,00 | 42 |
| 2023 | 2.260,00 | 16 |

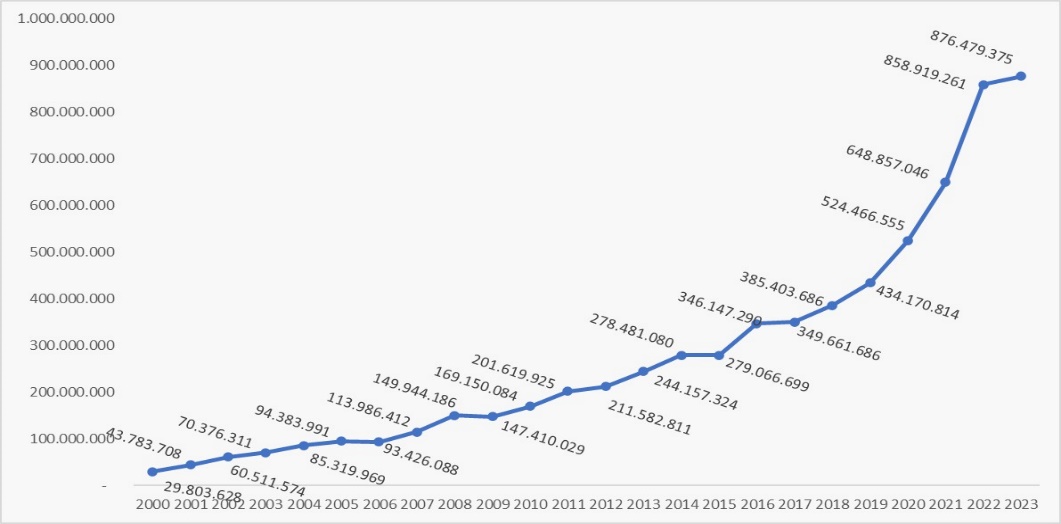
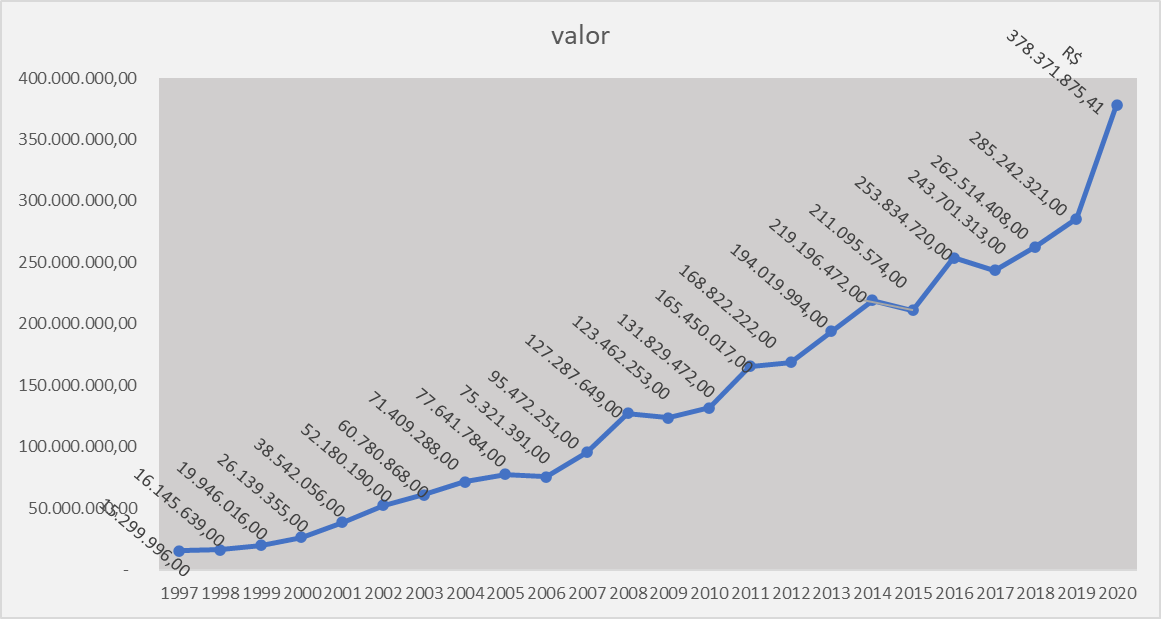
No ano de 2021, foi promulgada a lei nº 1.880/21, que versa sobre o estímulo ao transporte de calcário proveniente do programa Terra Boa do governo estadual nas propriedades rurais do município. No ano subsequente, em 2022, essa legislação foi devidamente regulamentada por meio da lei nº 1.921/2022. Conforme as disposições estabelecidas, cada produtor rural tem o direito de receber um subsídio de até 0,053 Unidades Fiscais de Referência Municipal (URFM), equivalente, em 2023, a R$ 37,38 por tonelada de calcário transportado.

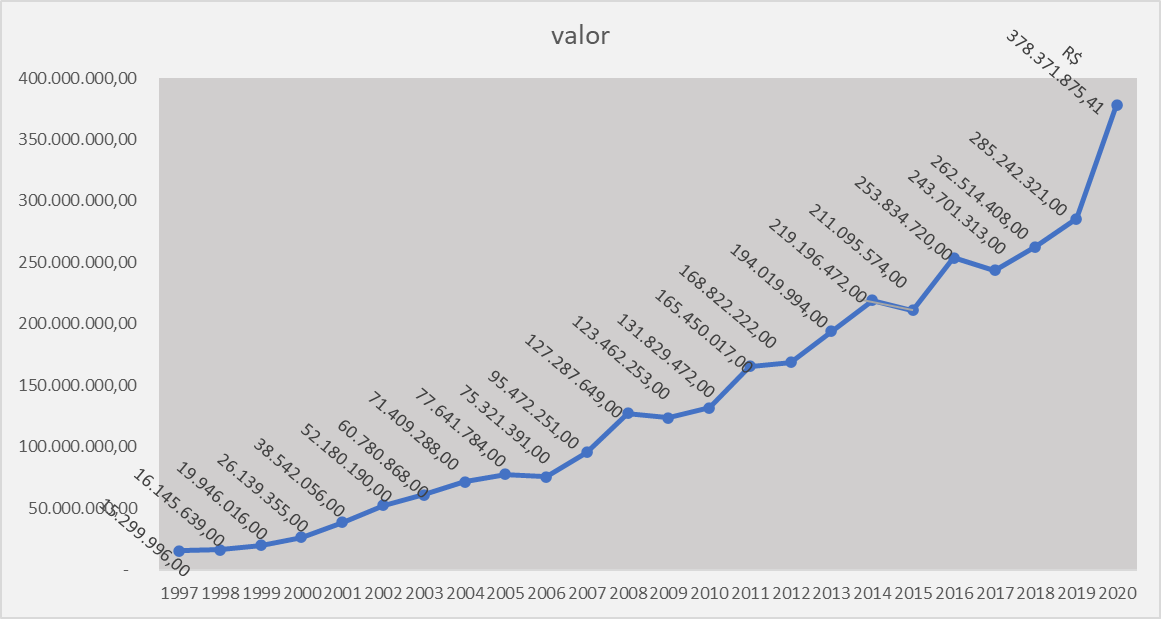
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Propriedades Beneficiados** |
| 2021 | 36.1701,34 | 54 |
| 2022 | 66.451,37 | 73 |
| 2023 | 69.040,86 | 77 |

Programa de Reservação de Água, autorizado pela Lei nº 1.919/22, tem como objetivo incentivar e proporcionar às famílias rurais e urbanas a investir na reservação de água das chuvas e de fontes, proporcionando a equalização da estrutura de abastecimento de água em épocas de estiagem prolongadas. Os incentivos do programa consistem em subsidiar parte dos valores investidos nas propriedades pelos munícipes que residem na área urbana ou rural do município.  Valor subsidiado até 10% (dez por cento) dos investimentos realizados pelos munícipes, sendo que o limite máximo pago aos produtores rurais até R$ 10.000,00 e moradores do perímetro urbano até R$ 500,00 de incentivo por imóvel.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Valor Investido** | **Propriedades Beneficiados** |
| 2022 | 12.608,33 | 12 |
| 2023 | 18.242,79 | 10 |

A evolução do Movimento Econômico Agropecuário pode ser analisada, observando-se o quadro abaixo, com curva crescente na sua evolução:





**ÁREA DA SAÚDE**

No município existe somente um estabelecimento de saúde: o Centro Municipal de Saúde, com localização na Rua Encantado, 111, onde atuam: uma equipe de saúde bucal, duas equipes de ESF – Estratégia de Saúde da Família e três equipes multiprofissionais (antigo NASF), com três profissionais médicos clínicos gerais, sendo um médico do programa “Mais Médicos” do Ministério da Saúde.

Para os atendimentos de urgência e emergência no contra turno do Centro Municipal da Saúde mantém-se convênio com o Instituto de Assistência e Educação São João - Hospital Santa Casa Rural do município de São João do Oeste. Além disso a Secretaria da Saúde possui uma boa frota de veículos para o transporte de pacientes para atendimentos especializados nos centros de referência.

Os principais atendimentos na área da saúde no ano de 2023, realizados pelos profissionais da unidade de saúde, são expressos no quadro abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| ATENDIMENTOS ANO DE 2023 | |
| Consultas Médicas ESF 1 | 14.010 |
| Consultas Médicas ESF 2 | 7.461 |
| Consultas Pré-Natal | 772 |
| Atendimento Enfermagem ESF 1 | 1.377 |
| Atendimento Enfermagem ESF 2 | 2.313 |
| Atendimento Enfermagem (SEM EQUIPE) | 1.921 |
| Escuta inicial Técnicas de Enfermagem ESF 1 | 4.979 |
| Escuta inicial Técnicas de Enfermagem ESF 2 | 6.842 |
| Escuta inicial Técnicas de Enfermagem (SEM EQUIPE) | 5.505 |
| Atendimento farmácia básica | 24.740 |

|  |  |
| --- | --- |
| ATENDIMENTOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES MULTI - 2023 | |
| Nutricionista | 1.767 |
| Fisioterapeuta | 3.896 |
| Psicóloga | 1.847 |
| Farmacêutica | 85 |

|  |  |
| --- | --- |
| OUTROS SERVIÇOS - 2023 | |
| Exames de laboratório | 53.418 |
| Consultas de Pediatra | 750 |
| Consultas de Ginecologista | 568 |
|  |  |

Na saúde bucal foram realizados um total de 2.043 atendimentos. E através do convênio com o Ministério da Saúde pelo programa LRPD foram entregues a população um total de 152 próteses dentárias parciais e totais, maxilar e mandibular.

Foram realizadas cirurgias nas especialidades de oftalmologia, ortopedia e gerais nas cidades de Iporã do Oeste, Itapiranga e São João do oeste conforme credenciamento feito por hospitais destas cidades.

Além disso, também conforme credenciamento de clínicas de Maravilha e Frederico Westphalen foram realizadas 261 ressonâncias magnéticas, 159 densitometrias ósseas, 03 mamografias, 257 ultrassonografias.

As equipes do ESFs realizaram diversas atividades, entres as quais podemos citar:

- Oficinas e ações do programa Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, conforme Lei número 059 de agosto de 2022, para os profissionais de Saúde e munícipes em geral.

- Ações de combate a Dengue e Coronavírus (covid-19);

- Várias Ações do Setembro amarelo.

Destaca-se também as atividades da Vigilância Sanitária à qual registrou nesse ano um total de 1120 atendimentos.

A Secretaria da Saúde possui uma boa frota de veículos para o transporte de pacientes para atendimentos especializados nos centros de referência. Com uma equipe de seis motoristas no ano de 2023 foram realizadas, 1756 viagens e transportados 6146 pacientes e 1670 acompanhantes.

**SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Município de São João do Oeste/SC não possui órgão próprio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, no entanto, as demandas da Proteção Social Especial - PSE são atendidas na Gestão por equipe técnica formada por uma Assistente Social (40 horas) e uma Psicóloga (16 horas semanais).

A PSE destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

As atividades são diferenciadas de acordo com os níveis de complexidade (Média e Alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE estão diretamente ligados com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos/atores e ações do executivo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**  Visa garantir proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. | | |
| **Serviço** |  | **Atendimentos** |
| Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional. | Contratação de prestação de serviços sócios assistenciais. | → 01 adolescente (acolhido em 21/01/22); |
| → Participação de reunião presencial e videoconferência promovido pelo abrigo, para reavaliação do PIA e audiência concentrada (Judiciário); |
| → Elaboração de “Parecer” para constar no PIA. |
|  |  | → Organização do transporte  de familiar (mãe) para visita  no abrigo; |
|  |  | → Visita técnica na instituição  de acolhimento; |
|  |  | → Organização do transporte  da adolescente em serviço de  acolhimento para visitar o pai  no município de Paraiso/SC. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANO 2022** | | |
| **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**  Oferece atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. | | |
| **Serviço** |  | **Atendimentos** |
| Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. | Cidadão Mirim[[1]](#footnote-1) | → 7 adolescentes no período de março a  dezembro;  → Reuniões com os monitores;  → Atendimentos psicossociais aos  adolescentes e famílias;  → Acompanhamento dos adolescentes  junto às escolas; |
| Oportunidade[[2]](#footnote-2) | →Atendimentos psicossociais  integrantes.  → 4 adultos/mês; |
| Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). | LA | → 1 adolescente |
| PSC | → 2 adolescentes |
| SIPIA SINASE[[3]](#footnote-3) | → Atendimento conforme demanda. |
| → Visita técnica (dia 11l03) do Promotor  de Justiça referente a medidassocioeducativas (PSC/LA). |
| → Preenchimento do formulário sobre a  "Execução das medidas socioeducativas  em Meio Aberto no Estado de SC |
| Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias. | Cuidar de Quem Cuida[[4]](#footnote-4) | →Realizados 03 encontros no ano;  Média de 40 participantes por encontro;  →Entrevista na rádio sobre divulgação do  programa. |
| Serviço de Proteção Social para  adultos em cumprimento de  Prestação de Serviços à  Comunidade (PSC). |  | →Envio de relatórios mensais ao fórum; |
| Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e suas Famílias, Idosos(as) e suas Famílias. | Visita no domicílio | →1 família em acompanhamento |
| Conselho Tutelar | Suporte técnico | →Forma contínua |
| Sistema de Justiça: - determinações judiciais: busca ativa, orientações e acompanhamentos a indivíduos e/ou núcleos familiares. | →EPROC - Sistema judicial eletrônico: ofícios, relatórios e demais documentos.  → Visitas domiciliares e atendimentos psicossociais; | → Conforme demanda.  → Elaboração e envio de ofícios, relatórios  e demais documentos;  →Visitas domiciliares e atendimentos  psicossociais. |
| Serviço de Visitas no Domicílio |  | →79 visitas |
| Famílias acompanhadas pela  equipe técnica no período: |  | →46 famílias |
| Atendimentos (sociais e/ou psicossociais) |  | → 488 individuais;  → 9 atendimentos de grupo. |
| Participação de Cursos e capacitações |  | → Participação da "Capacitação Emergência e Calamidade",  promovida pela SST (11/07);  → Participação da capacitação sobre "Trabalho em Rede"  promovido pelo munícípio;  → Participação do Seminário sobre os Migrantes (dias 30 e 31/08). |
| Outras Atividades |  | → Elaboração/atualização de Planos de Ação para Programas e  Serviços;  → Participação na Conferência municipal da Saúde;  -> Reunião técnica online com a equipe técnica da Alta  Complexidade Estadual;  → Elaboração e envio mensal de relatório (RMA) à SST;  → Participação em palestra referente "Estatuto do ldoso"  ministrada pelo responsável pela Polícia Civil do município;  → Realização (22/06) da Conferência Municipal da Assistência  Social;  → Reunião com Prefeito sobre possível acesso a recurso federal  para construção do CREAS no município;  → Elaboração de texto para "Vigilância Sanitária municipal"  referente ao serviço realizado pela PSE de Média e Alta  Complexidade no Município;  → Realização de reuniões com equipes da Rede de Atendimento  (APAE, Conselho Tutelar, Escola);  → Elaboração de textos/justificativas para encaminhamento de  Licitações /contratos ;  → Participação da palestra com o Dr. Ricardo Moraes Ribeiro:  neurodesenvolvimento do crescimento a maturação (Autismo);  → implantação (03/10) e reunião da "Rede de Atendimento" no  município;  → Visita (05/10) do "Fiscal do CRESS". |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **GESTÃO DO SUAS**  Responsável pelo aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social, planejando, articulando, monitorando e avaliando as ações propostas. Seu **objetivo** é garantir a proteção social aos cidadãos, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos que se constituem como apoio aos indivíduos, famílias e para a comunidade no enfrentamento de suas dificuldades. | | |
| **Serviço** |  | **Atendimentos** |
| Benefícios Eventuais – BE previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e ofertado às famílias de acordo com a Lei Municipal nº 1.542/13, de 17/12/2013. | Nascimento (Auxílio Natalidade) | 125 |
| Morte (Auxílio Funeral) | 2 |
| Vulnerabilidade Temporária (concessão de alimentos) | 29 usuários |
| 34 famílias beneficiadas;  89 cestas básicas concedidas. |
| Calamidade Pública e de Emergência | Não apresentou demanda. |
| Conselho Municipal de Assistência Social. | Instância deliberativa, de caráter permanente, com atuação a nível de elaboração, acompanhamento, avaliação e fiscalização das ações de assistência social no âmbito municipal. | 7 reuniões ordinárias. |
| 23 resoluções emitidas |
| Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS). [[5]](#footnote-5) | Instrumento de gestão, organizando a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados. | Informação e atualização de forma contínua. |
| Conferência municipal da Assistência Municipal |  | → Organização e planejamento  do evento;  → Elaboração das propostas;  → Elaboração do Relatório Final e  envio a SST;  → lnscrição dos Delegados para  Conferência Estadual;  → Participação de técnica da PSE na Conferência Estadual. |
| Outras Atividades: | → Participação da reunião virtual (live) sobre "Novo  processo de habilitação de cofinanciamento Estadual",  promovido pela SST;  → Resposta do "Questionário base para o cofinanciamento  Estadual dos serviços socioassistenciais nos municípios de  SC";  → Preenchimento do Plano de ação para o cofinanciamento  Estadual 2023;  → Participação na live sobre "Benefícios Eventuais",  promovida pela SST;  → Participaçâo da live sobre "Financia SUAS";  → Preenchimento do "Demonstrativo Sintético do  Cofinanciamento Federal - exercício 2022"  → Preenchimento de 5 "Questionários do Censo SUAS  2023":  → Atualização da Lei Municipal que regulamenta a concessão de Benefícios Eventuais - BE. | |

**Centro De Referência De Assistência Social - CRAS Família Cidadã**

O Centro de referência de assistência social-CRAS, é uma unidade pública, estatal, descentralizada da política de assistência social, ele é a porta de entrada da assistência social. Responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS. O Trabalho social essencial ao serviço do CRAS é a acolhida, estudo social, visita domiciliar, orientação e encaminhamentos, grupos e acompanhamento familiar, atividades comunitárias, campanhas socio educativas, todos com o intuito de desenvolver as potencialidades e aquisições o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e dos acessos aos direitos de cidadania.

Hoje o público atendimento pelo CRAS são as famílias que vivenciam alguma vulnerabilidade social com fragilidades de vínculos familiares, desemprego, convivência familiar dificultada, pessoas e famílias com vínculos de pertencimento e sociabilidade fragilizados, que passam por algum tipo de privação e em especial aquelas de programas de transferência de rende como o Bolsa Família, BPC, e dentre essas aquelas que em especial estão em descumprimento de condicionalidades desses programas.

As formas de acessar o PAIF são a busca espontânea, a busca ativa, e os encaminhamentos da rede socioassistencial. O PAIF consiste no trabalho com famílias, de caráter continuado, com finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. A proteção social básica atua quando as famílias precisam apenas de apoio orientações e acompanhamento para fortalecer a sua função protetiva, quando ainda não foram violados seus direitos.

Nesse sentido o CRAS executa duas principais funções: Existe duas modalidades de trabalho social com as famílias executadas pelo PAIF. As famílias no PAIF podem ser atendidas ou acompanhadas. O atendimento refere-se as ações imediatas para dar uma resposta a demanda. Já o acompanhamento envolve várias intervenções de forma continuada. A outra função é a Gestão de Proteção Social Básica no território que é o conhecimento da localidade, como ela se organiza suas vulnerabilidades e potencialidades a fim de poder organizar uma atuação com resultados positivos.

O CRAS oferta 03 serviços de proteção social básica: PAIF, SCFV e SPSB no domicilio para pessoas com deficientes e idosos. PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva dessas famílias, prevenir a ruptura de vínculos e promover o acesso aos seus direitos, ele materializa o trabalho social com as famílias.

É importante ressaltar que o PAIF só pode ser executado pelo CRAS sendo o carro chefe dos serviços e sem PAIF o CRAS não existiria, assim o PAIF é de execução obrigatório e exclusiva do CRAS.  
 O PAIF tem como objetivo ampliar universo informacional proporcionar novas vivencias as famílias:

1. fortalecer a função protetiva
2. prevenir a ocorrência de vulnerabilidades e vínculos,
3. promover a autonomia o protagonismo das famílias.
4. Trazer aquisições sociais e matérias as famílias
5. Acesso aos benefícios e serviços socioassistenciais.
6. Promover espaços de convívio social.

Já o outro serviço que o CRAS desenvolve, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que complementa o trabalho social com as famílias realizado pelo PAIF, também tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover a reflexão, ressignificar experiências, fortalecer o sentimento de pertença, troca de saberes e experiências.

O SCFV se organiza em grupos conforme a faixa etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos) sendo grupos heterogêneos. As ações realizadas nos SCFV são as oficinas que consistem nas realizações de atividades de esporte, lazer, arte, cultura e trabalhos manuais, buscando estimular a criatividade, participação e pertencimento dos seus usuários, materializando o serviço através de trabalhos lúdicos e inclusivos.

Todos os serviços e atendimentos realizados no CRAS tem caráter preventivo, protetivo e proativo afim de prevenir ocorrências graves de situações de vulnerabilidade e risco social.

Ainda é realizado pelo CRAS o grupo Despertar com o intuito de promover o sentimento de pertença, identidade e alto valorização de seus membros, com temas que suscitam reflexões e debates saudáveis entre seus participantes.

Tantos os serviços do PAIF e como o Despertar são realizados no CRAS e nas comunidades promovendo uma atuação ativa com os membros da comunidade.

O CRAS também desenvolve parcerias com outras entidades para realizações de campanhas e palestras.

Sobre o trabalho realizado com as famílias usuárias dos serviços do CRAS/Família Cidadã envolveu-se os seguintes profissionais, Assistente Social, Psicóloga e dois agentes administrativos e um Oficineiro que auxilia nas atividades dos SCFV.

No tocante das ações desempenhadas pelo CRAS FAMÍLIA CIDADÃ, os munícipes tiveram auxílios de várias formas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CRAS / FAMÍLIA CIDADÂ** | | |
| **SERVIÇOS** | **ATENDIMENTOS** | **QUANTIDADE DE PESSOAS** |
| **PAIF – Serviços de Atendimento Integral à Família** | Visitas domiciliares realizados pelas técnicas | **230** |
| Atendimentos realizados pelas técnicas | **1.006** |
| Acompanhamento Familiar | **493** |
| Grupos | **440** |
| **SCFV- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** |
| Crianças de 7 a 14 anos | **2.023** |
| Adolescentes de 15 a 18 anos | **96** |
| Adultos de 18 a 59 anos | **335** |
| Idosos de 60 anos ou mais | **292** |
| **Grupo Despertar** | Rodas de Conversa | **356** |
| **Encaminhamentos** | Benefícios Eventuais | **77** |
| Inclusão e atualização do cadastro único | **81** |
| Orientações/Cadastro único | **195** |
| Atendimento Psicológico/saúde e Médico | **10** |
| Conselho Tutelar | **12** |
| Internação/ Tratamento /depressão/ Alcoolismo | **02** |
| **Troca de informações** | Conselho Tutelar | **53** |
| Equipe médica | **20** |
| Equipe psicológica | **16** |
| Equipe da assistência social | **19** |
| Pessoas com deficiência, participando dos Serviços do PAIF ou SCFV | | **92** |
| Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado. | | **356** |

O trabalho do CRAS amplia as oportunidades de inclusão social a toda a população, os serviços valorizam a diversidades, as crenças, os valores das famílias pensando na família como um todo.

**SETOR DE EDUCAÇÃO**

A educação do município de São João do Oeste é referência nacional em qualidade, sendo que obteve a média 7,6 no IDEB – séries iniciais em 2021, quantitativo muito superior às metas municipal, estadual e nacional previstas nos Planos Decenais de Educação.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (LEI Nº 1637/2015)** | | | | |
| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos iniciais do ensino fundamental | 5,9 | 6,1 | 6,4 | 6,6 |
| Anos finais do ensino fundamental | 5,5 | 5,8 | 6,0 | 6,2 |
| Ensino médio | 4,7 | 5,2 | 5,4 | 5,6 |

Escolas e Matrículas: A Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2023, atendeu 659 alunos, assim distribuídos: Creche: 155 alunos; Educação Infantil: 161 alunos e Ensino Fundamental – series iniciais: 343 alunos, em 7 educandários e 41 turmas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NOME DA ESCOLA** | **NÍVEL DE ENSINO** | **NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS** |
| Creche Municipal Kinder Haus | Creche | 155 |
| Centro de Educação Infantil Jesus Menino | Pré-Escola | 97 |
| Pré-Escolar Amor Perfeito | Creche e Pré-Escola | 27 |
| Pré-Escolar Chapeuzinho Amarelo | Creche e Pré-Escola | 37 |
| Centro Educacional São João do Oeste | Ensino Fundamental – Séries Iniciais | 248 |
| Centro Educacional Cristo Rei | Ensino Fundamental – Séries Iniciais | 40 |
| Escola de Ensino Rural Ministro Luiz Gallotti | Ensino Fundamental – Séries Iniciais | 55 |

Transporte Escolar: Conforme o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do dia 26 de fevereiro de 2024, o transporte escolar no exercício de 2023 foi contratado pela Prefeitura Municipal de São João do Oeste através do Processo Licitatório nº. 12/2022, Modalidade Pregão Eletrônico, homologado em 07 de fevereiro de 2023, e Processo Licitatório nº 03/2023, Modalidade Pregão Eletrônico, homologado em 28 de fevereiro de 2023.

Apurou-se que do montante de recursos arrecadados, R$ 58.553,36 provém do repasse do FNDE relativo ao PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, R$ 1.923,06 decorrem de rendimentos de aplicações financeiras, perfazendo assim, R$ 60.476,42;

Constatou-se que o Transporte Escolar é muito importante, pois garante o acesso e a permanência dos alunos das escolas do ensino fundamental público, residentes em área rural, contribuindo, assim, para a diminuição dos índices de evasão escolar, auxiliando também para fixação do homem no campo com melhor qualidade de vida;

Apuramos que o saldo remanescente do exercício anterior na conta corrente nº. 26.864-X da Agência do Banco do Brasil nº. 1929-1 da cidade de São João do Oeste era de R$ 26.989,47.

Verificou-se ainda, que no final do exercício restaram R$ 10,46 na conta corrente, sendo que, todos os recursos foram aplicados de acordo com as diretrizes do Programa.

Apurou ainda, que também foram recebidos recursos oriundos do Estado na ordem de R$ 254.044,98, também destinados ao transporte escolar.

Também constatou que o município investiu durante o ano de 2023, o valor de R$ 1.805.834,31, no transporte escolar, sendo R$ 158.402,56 em pagamento de pessoal, R$ 1.476.967,72 para empresas terceirizadas, e o valor de R$ 170.464,03, com manutenção da frota própria.

Todos os veículos (próprios e terceirizados) passam semestralmente por vistorias do Inmetro e aferição do tacógrafo, garantindo a qualidade do serviço prestado.

Alimentação Escolar: A alimentação escolar atende o mesmo contingente de alunos da Rede Municipal, com cardápio elaborado por uma Nutricionista, fornecendo o valor diário de nutrientes, vitaminas e proteínas especificadas pelo PNAE, sendo que, o município alcançou em 2023, o índice de R$ 36,63% dos recursos provenientes do FNDE para alimentação escolar, em produtos oriundos da agricultura familiar.

A prefeitura investiu com recursos próprios, o montante de R$ 314.632,99 em despesas na aquisição de gêneros alimentícios, aquisição de equipamentos e utensílios para as cozinhas, serviços de seleção, treinamento e diárias para servidores vinculados ao programa.

O número de alunos atendidos pelo programa de alimentação escolar foi de 659, no ensino fundamental foram atendidos 343 e no ensino infantil 161 e na creche 155.

Os recursos federais recebidos formam na ordem de R$ 66.537,00, valores que foram investidos integralmente na aquisição de gêneros alimentícios para o Programa de Alimentação Escolar.

Ressaltamos ainda que os cardápios escolares são feitos mensalmente para todas as escolas, levando em consideração as particularidades de cada local, infraestrutura, quantidade de utensílios e número de estudantes a serem servidos, além de estar de acordo com as regras nutricionais que o PNAE exige.

Profissionais Da Educação: Os profissionais que atuam na rede municipal de ensino são: 25 professores efetivos, 15 professores admitidos em caráter temporário, 15 serventes, 02 motoristas de transporte escolar, 01 coordenadora pedagógica, 01 agente administrativo, 01 psicóloga, 01 fonoaudióloga, 01 nutricionista, 04 direções de escola, 01 secretárias Escolar, 08 auxiliares da educação infantil.

O município atende a lei do piso nacional do magistério, contemplando todos os docentes com 1/3 de hora atividade e vencimento superior ao piso. Além disso, cuida da valorização do profissional do magistério, oferecendo anualmente, o mínimo de 40 horas de cursos de formação continuada, sendo que, em 2023, ofertou a capacitação de 52 horas, com as seguintes temáticas: Jornada das licenciaturas realizada em parceria com a UCEFF; Planejamento com base na proposta pedagógica e sequências didáticas, ministrado por Maria Teresa Schneider Hoelscher; Neurodesenvolvimento do crescimento a maturação - um olhar voltado ao desenvolvimento normal, infantil e transtorno do espectro autista: do diagnóstico ao tratamento, ministrado por Ricardo Moraes Ribeiro; Programa rede de segurança escolar, ministrado por Odenir Dill; Palestra Motivacional, ministrado por Elias Teixeira; CONAEE – Etapa Municipal, ministrado por Eliston Terci Panzenhagen.

Programa Municipal de Auxílio ao Estudante: Foi efetuado repasse, através do Programa Municipal de auxílio estudante (leis municipais n°1569/14 e 1683/16), o valor de R$ 69.999,99 aos estudantes ensino superior, Casa Familiar Rural, escolas agrícolas e cursos profissionalizantes, sendo assim distribuídos. Médio Profissionalizante e Pós-Profissionalizante: R$ 17.100,00

**SETOR DE CULTURA**

O município de São João do Oeste possui características culturais evidenciadas. Sendo considerada a “Capital Catarinense da Língua Alemã”, através da Lei Estadual n°14.467, já que 96% da população fala e entende o idioma alemão. Baseado nisso, o município desenvolve ações que visam o resgate e o estímulo dessa cultura tão peculiar, oferecendo aulas de alemão dentro do currículo escolar para alunos de 03 a 12 anos, num total de 669 alunos atendidos, além de oficinas extracurriculares de Música Teatro e Dança folclórica alemã. Na Parte da Música são oferecidas oficinas de Teclado, Acordeom, Violão, Violino, instrumentos de percussão, sopro, Canto e Técnica vocal, também temos 14 Corais espalhados pelas comunidades do nosso município. Nas danças folclóricas alemãs, são atendidos Grupos Mirin 1, Mirin 2, Infantil, Juvenil, Grupo Adulto, e de Casais. E no teatro temos os Grupos Imaginatos Infantil e Adulto, atendendo em 2022, Aproximadamente 1000 munícipes.   
 Além destas atividades o município ajuda a desenvolver diversas atividades culturais durante o ano.   
 O concurso de escolha do casal “Kinder Hans und Hanna” no qual desfilaram meninos e meninas, e destes foram escolhidos o menino “Hans” e a menina ‘’Hanna’’.   
 Também foi realizado o Festioeste, festival que reúne calouros de todo sul do País, realizado sempre no mês de maio. Além disso também em maio é realizada a tradicional festa de agradecimento a colheita, a Ertendankfest. O evento que reúne maior público no município atualmente é a Semana Alemã a DEUTSCHE WOCHE, evento cultural que destaca e evidencia a força da cultura alemã no município, este evento é realizado sempre no mês de julho que no ano de 2023 foi um ano recorde em cultura público e animação.   
 No mês de outubro foi realizado o encontro municipal de corais aonde todos os corais do município fizeram suas apresentações. Também ainda em outubro teve o festival da canção estudantil que como nos anos anteriores foi um sucesso um “mini FESTIOESTE” tendo a participação de calouros das escolas municipais e estaduais do município.  
 No mês de novembro e dezembro temos o tradicional Tempo de Natal – Weihnachtszeit no qual tem várias atividades e atrações. Também em dezembro, nos dias 08 a 12 de dezembro, foi realizado a 5ª Expo são João, que teve um grande público presente e ótimo retorno em relação aos munícipes.

**SETOR DE ESPORTES**

No ano de 2023 o Departamento de Esportes e Lazer trabalhou com suas atividades normais. Finalizou-se o Campeonato Municipal de futebol de campo, que iniciou no ano de 2022. Ao longo do ano foram realizadas as seguintes competições: Campeonato Municipal de Futebol Sete, Campeonato Municipal de Futsal, Campeonato Municipal de Voleibol Misto, Campeonato Municipal de Bocha Rafa Vollo, Campeonato Municipal de Truco, Campeonato Municipal bolão 23 masculino e feminino, Campeonato municipal de bocha 48, Campeonato Interno das Escolinhas Esportivas, Copa Aliança 70 anos ASSESJO/CME São João de Futebol Society categorias de base, 10º Copa São João de Futebol de campo categorias de base.

Participou-se de eventos a nível regional e estadual, promovidos pela FESPORTE E AMEOSC, dando todo suporte aos atletas e profissionais que representaram nosso município.

Dos eventos promovidos pela FESPORTE, participamos dos JESC 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, realizando as fases municipais e auxiliando as escolas e seus alunos, classificados nas fases microrregional, regional e estadual com transporte, alimentação e suporte de professor e coordenador esportivo, as modalidades participantes foram futsal, voleibol, vôlei de areia, atletismo, xadrez, tênis de mesa, basquete e badminton. Também na linha dos jogos escolares participamos do Campeonato Catarinense de futebol escolar sendo sede da fase microrregional e regional conquistando o vice-campeonato no masculino de 11 a 14 anos. Já nas categorias adultas participamos das competições de bocha rafa vollo, bolão 23, e voleibol, sendo campeão microrregional no bolão masculino e 3º lugar no bolão feminino passando nessas modalidades para a fase regional no município de Concórdia.

Já nos eventos esportivos promovidos pela AMEOSC, participou-se das modalidades da bocha Rafa Vollo, bolão 23 e futebol de campo sub 17 e sub 14 sendo que no bolão 23 masculino, a equipe são-joanense ficou com o vice campeonato e o bolão feminino sagraram-se campeãs. Em todas as competições o município prestou suporte a todos os nossos atletas para que conseguissem o melhor desempenho possível, seja com alimentação, transporte, hospedagem, treinador e coordenador esportivo.  
 Ainda em competições regionais participamos com as nossas escolinhas de futsal masculino e feminino (PIDE) Programa de Iniciação Desportiva Escolar) das competições; Taça Móveis Léo em São Carlos, Taça Sicoob em Guarujá do Sul e Copa Oeste em Guaraciaba todas competições de futsal. Também, na modalidade de voleibol, as equipes masculino e feminino participaram da Copa ADEVI no município de Itapiranga.

Nos eventos internos mencionados (Campeonatos Municipais), em todos obtiveram premiações em troféus e medalhas do primeiro ao quarto colocado, assim como eventualmente foi feito transmissões via facebook e ou youtube.

As Escolinhas Esportivas Municipais em 2023 continuaram fortes e com aumento de novos adeptos sendo trabalhado com as modalidades de basquete, voleibol, vôlei de areia, futebol, futsal e atletismo, contando assim com uma empresa contratada que fornece ao município atualmente 3 professores para essas atividades, contando com aulas no interior no contra turno escolar e alguns horários alternativos em sábados.

Ainda referente as escolinhas, o projeto PIDE que teve início de 2022 - que atende o futsal feminino- fechou o ano de 2023 com um total de 45 atletas inscritas com faixa etária de 10 a 16 anos que participam das atividades, além de ainda atender mais 23 meninas com idade abaixo dos 10 anos. Este projeto tem um período estipulado de vigência de 2 anos, com termino em 2024.  
Na modalidade de futsal adulto, participou-se do Campeonato regional de Futsal Taça D LAMB SPOTS/LASSBERG, obtendo a equipe municipal a 2º colocação.

Durante o ano, contratou-se uma estagiária para auxiliar nas demandas necessárias do departamento de esportes e lazer, principalmente nas questões que se referem a entrega e recebimento de materiais e documentos, além de auxiliar no abastecimento do banco de dados das planilhas e súmulas de jogos.

Na parte de investimentos, foram comprados diversos materiais esportivos os quais são usados nos treinos das escolinhas e nos jogos promovidos pelo município. Na quadra poliesportiva foram feitas melhorias que consistem na colocação de telas novas atrás das goleiras no campo adulto e trocado a tela na quadra de Society infantil. Além disso, foram trocadas as redes das goleiras em ambos os campinhos, no ginásio municipal foi feito a troca das lâmpadas que foram adquiridas em 2022 para este fim.  
 Em 2023, o Departamento de Esportes e Lazer entregou aos alunos das escolinhas uniforme esportivo para os atletas, somando-se o total de 298 uniformes azuis para as escolinhas esportivas e 68 uniformes rosas para o projeto PIDE. Também foram feitos dois jogos de camisas para as equipes de competição adulta, sendo 20 camisas rosas e 20 camisas vermelhas. Foram elaborados 25 camisetas e calções, para premiar a equipe mais disciplinada do campeonato municipal de futebol de campo.   
 Por conseguinte, foram feitos repasses às entidades esportivas instituídas em nosso município: 10 mil reais para a Associação de Karatê, 22 mil reais para Associação de patinação e 105 mil reais para ASSESJO, todos feitos através de termo de fomento.

**SANEAMENTO BÁSICO**

O sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de São João do Oeste é prestado por meio do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, instituído pela Lei Municipal n° 1793/2019, de 28 de fevereiro de 2019, o qual atende, além das áreas urbanas, os distritos e algumas comunidades rurais.

O município possui sistema de abastecimento de água para as áreas urbanas, distritos e atendimento em algumas comunidades rurais. O restante possui fonte ou poços comunitários ou individuais para abastecimento de água gerido pelos próprios moradores individualmente ou através de associações de moradores.

Algumas propriedades rurais do município são abastecidas por água captada de fontes superficiais ou freáticas, originárias do afloramento de lençóis depositados sobre a camada impermeável (rocha basáltica), onde a própria associação dos moradores gere o sistema. Muitos poços tubulares (artesianos) foram perfurados em São João do Oeste (Aquífero fraturado Serra Geral), sendo que apenas alguns produzem quantidade significativa de água (Ervalzinho e Macuco), e ainda apresentam algumas alterações quanto a concentração de alguns elementos que podem limitar o uso da água.

Durante os últimos anos adotou-se a prática de construção de redes coletivas de distribuição de água a partir de fontes e reservatórios artificiais para algumas comunidades.

No município em geral os poços artesianos, possuem reduzidas vazões, sendo que as águas do sistema de abastecimento municipal, são procedentes dos arroios ou fontes superficiais. O sistema de distribuição e tratamento de água do Município utiliza água dos mananciais superficiais de Água de Classe II, de reservatórios em barragens no leito do Rio Fortaleza, Rio Jundiá, Rio Uruguai e de açudes.

Atualmente o Sistema de Abastecimento de Água contempla aproximadamente 1.401 ligações ativas de água, somando residências, indústria e comércio. Dados do Setor de Tributos mostram que, ao longo do ano, o consumo registrado mantém-se equilibrado, sendo que apenas nos meses de dezembro e janeiro há um aumento significativo no volume total, motivado pelo turismo.

Os sistemas de abastecimento de água da Cidade, Beato Roque, Cristo Rei e Linha Jaboticaba são unidades públicas municipais de tratamento de água, de responsabilidade da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. A ETA do Centro da Cidade e do Ipiranga estão em operação e juntas produzem até 700 m³/dia para a área urbana. Já a ETA da Linha Beato Roque efetua o tratamento de aproximadamente 255m³/dia que abastece os Distritos de Beato Roque e Cristo Rei.

Nessas estações são realizados tratamento convencional composto por coagulação, floculação, decantação, filtração, cloração e fluoretação, em seguida a água é bombeada para caixas de reservatório em concreto e de fibra. Também existe uma Estação de Tratamento de Água em Jaboticaba do tipo convencional, porém com tanques de fibra de vidro, possui etapas similares as outras existentes, porém tanques em material fibra de vidro, abastecendo a comunidade de linha Jaboticaba, Fortaleza, Beato Roque e se necessário parte da cidade, com capacidade de tratamento de 4,16 l/s.

Pode-se destacar e verificar também dados relativos à estrutura do setor de água e esgoto, que possui atualmente 11 funcionários, e apresenta como despesas mais significativas o pagamento da folha salarial dos funcionários e gastos com energia elétrica e produtos químicos para o tratamento da água.

A água encaminhada aos sistemas de distribuição é monitorada constantemente com análises diárias, trimestral e semestral efetuadas por laboratórios credenciados, conforme exigências de sanidade e qualidades físicas, químicas e biológicas, seguindo as determinações da portaria de consolidação n. 888 do Ministério da Saúde.

Atualmente o sistema tem aproximadamente 75 km de rede de água, para atender todas as ligações já citadas e possui 99 reservatórios de água tratada que totalizam cerca de 2.351m³.

O sistema de abastecimento de água está em constante investimento, a fim de atender o aumento das demandas, minimizar as perdas e melhorar a estrutura existente, principalmente para enfrentamento das épocas de estiagem.

No ano de 2023 foi realizada a ampliação de reservação de água bruta que abastece a ETA de Beato Roque. Nos dois reservatórios artificiais foram realizadas limpezas e consequentemente o aumento da capacidade de armazenamento, além de um deles receber revestimento com geomembrana evitando vazamentos e melhorando a qualidade da água, investimento de cerca de 93.000,00.

No segundo semestre de 2023 foi instalado o sistema de telemetria nos principais pontos de reservação para monitorar e controlar os níveis dos reservatórios, investimento aproximado de cerca de 8.000,00 por mês.

Também foi instalado uma nova estrutura de Reservação de água no distrito de Cristo Rei, sendo substituída a caixa existente que apresentava problemas de vazamento por novas, investimento de cerca de 80 mil reais.

Em janeiro de 2023 foi realizada licitação para contratação de empresa para projetar e executar um novo sistema de abastecimento de água do Rio Uruguai a fim de atender principalmente a cidade e também partes das comunidades rurais de Itacuruçu e Macuco, permitindo futuras e expansões das redes de abastecimento. O valor previsto é de 11.381.180,34 e a obra está aguardando licenciamento para iniciar a obra, com previsão de ser entregue até final de 2024, desta forma, resolvendo o problema de falta de água no município de São João do Oeste.

Em relação ao esgotamento sanitário, o município de São João do Oeste possui em sua maioria sistemas individuais de tratamento de esgoto doméstico, possuindo sistemas coletivos apenas em duas localidades, sendo elas no Loteamento Pedro J. Hackenhaar e no Loteamento Habitacional Haimatland.

Grande parte do serviço de esgotamento sanitário é realizada em sistemas individuais, em que cada edificação possui seu próprio sistema. Uma parte significativa das residências estão construídas há anos, e possuem o sistema de esgoto composto basicamente por fossa rudimentar. Para as novas construções o município exige através da avaliação e aprovação do projeto o sistema de tratamento individual, conforme NBR 7.229 e 13.969.

Está em processo de regularização/notificação das fossas das edificações existentes sendo realizado por etapas (ruas) conforme andamento dos processos de regularização. Na sede, área urbana de Cristo Rei e Beato Roque totalizam cerca de 591 sistemas instalados. Também está em andamento a implementação das diretrizes de gestão para realizar cobrança, limpeza das fossas e reposição de cloro onde necessário como serviço público. A previsão é de prestar este serviço através de empresa privada contatada por licitação.

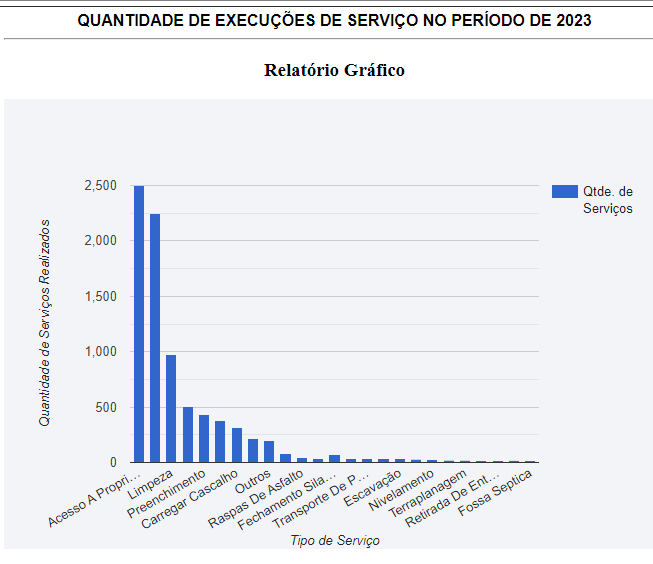
**TRANSPORTE E OBRAS**

A demanda de serviços da Secretaria de transportes e obras sempre é muito grande, pois tem-se uma grande quantidade de estradas interioranas não pavimentadas para manutenção.

No ano de 2023, devido à grande demanda de serviços com retroescavadeira, houve a aquisição de uma retroescavadeira CATERPILER 416 e, foi concedida pra Agricultura uma retroescavadeira XCMG (XC870).

No ano de 2023 a Secretaria de transportes e Obras realizou grandes melhorias na comunidade de Linha Beato Roque, Ervalzinho e Cristo Rei, realizando o alargamento das estradas, colocação de tubos de concreto (bueiro), retirada de curvas e cascalhamento de estradas.

Foram realizadas várias melhorias em acessos a propriedade dos nossos munícipes.

Além disso, foram executados serviços de melhorias de acesso e ampliação de pátios para algumas empresas do município. Dentre os vários serviços realizados pela Secretaria de transportes e obras podemos destacar alguns, conforme gráfico a seguir: 

Dentre os serviços executados pela secretária, o que se tem mais destaque são os enterros de animais, que em 2023 totalizou 604.

Na parte da oficina mecânica, foram realizados serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e caminhões.

Na parte administrativa, foram desenvolvidos vários serviços, como: atendimento ao público, encaminhamento de solicitações de serviços, acompanhamento de execuções de trabalhos, solicitação de orçamentos e solicitação de licitações.

A Secretaria de Transportes e Obras tem como responsabilidade de manter as estradas em boa trafegabilidade para a escoação da produção do nosso interior.

**SETOR DE URBANISMO**

O setor de urbanismo atua nos mais diversos campos correlatos à estética e trafegabilidade da área urbana do município de São João do Oeste/SC. Suas variadas e distintas atribuições são compreendidas por uma grande demanda de projetos e serviços urbanos. Os serviços prestados no ano de 2023 estão descritos a seguir:  
 - Roçadas em todos os órgãos públicos do município (em torno de 20.000);  
 - Cortes de grama em todos os órgãos públicos do município (em torno de 12.000);  
 - Plantio de Flores (em torno de 25.000 mudas);  
 - Capina e arrebata do inço em canteiros e ruas do município;  
 - Instalação e realocação de lixeiras públicas;  
 -Decoração em datas, eventos e épocas festivas (Natal, Páscoa, Semana alemã, eventos Internos...) em locais estratégicos, principalmente na praça da matriz;  
 - Recolha de galhos;  
 - Cargas de terra;  
 - Diversos trabalhos em madeira, como bancos, balanços e peças decorativas;  
 - Desobstrução de bueiros e manutenção da limpeza dos mesmos;  
 - Pintura de sinalização viária;  
 - Acompanhamento de obras de melhorias em calçadas públicas;.

**CONTROLE SOCIAL**:

A atuação do governo municipal perante a sociedade pode ser avaliada de diversas formas: através das redes sociais, das consultas no Portal da Transparência ou mesmo através de um processo eleitoral. O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Podem ser vistos como o principal canal de participação popular encontrada na instância de governo municipal.

São estes os conselhos regulamentados no município de São João do Oeste:

|  |  |
| --- | --- |
| Conselho Municipal de Trânsito | Lei N° 827/2005 e Lei nº 1883/2021 - Decreto Vigente: 069/2021 |
| Conselho Municipal da Defesa Civil | Lei N° 1535/2013 - Decreto Vigente: 012/2021 |
| Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal | Lei 1820/2019 – Decreto Vigente: 163/2022 |
| Conselho Municipal de Turismo | Lei N° 444/1998 – Decreto vigente: 027/2023 |
| Conselho Municipal de Trabalho e Emprego | Lei Nº 271/1995 – não há decreto vigente |
| Conselho Municipal De Política de Administração e Remuneração de Pessoal | Lei Nº 485/1999 – Alterada Nº 542/2000 – não há decreto vigente |
| Conselho Municipal de Planejamento Urbano | Lei Nº 715/2003 – não há decreto vigente porém o Decreto 10/2023 trata sobre as alterações do Plano Diretor Municipal |
| Conselho Municipal de Esportes e Lazer | Lei Municipal nº 1.476/13 de 26/03/2013  Decreto Vigente: 13/2022 |
| Conselho Municipal de Cultura | Lei Municipal nº 1510/13 de 18/06/2013  Decreto Vigente:138/2023 |
| Conselho Municipal Desenvolvimento Rural e Sustentável-CMDRS | Lei Municipal nº 2.027/2023 -  Decreto Vigente 037/2023 |
| Conselho Municipal da Saúde | Lei Municipal nº 072/93 -  Decreto Vigente: 195/2023 |
| Conselho Municipal de Assistência Social de São João do Oeste | Lei Municipal nº 1008/07  Decreto Vigente 106/2022 |
| Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de São João do Oeste | Criado pela lei nº 1.075/08  Decreto Vigente: 125/2022 |
| Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente | Lei municipal nº 097/93 e Lei nº 1202/2009  Decreto Vigente 062/2020 |
| Conselho Municipal de Educação | Lei Municipal nº 1561/2014 – Decreto Vigente: 112/2019 |
| Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb | Lei Municipal nº 1875/2021 Decrete Vigente: 1875/2021 |
| Conselho Municipal Alimentação Escolar | Lei Municipal nº 187/1994 e alterações. Decreto Vigente: 084/2021 |
| Conselhos Escolares | Decretos: 212/2023; 167/2022; 054/2022; 071/2022 |

O Controle Interno entende que o exercício de 2023 revelou-se como um ano desafiador, porém, apesar das dificuldades, os resultados finais, do ponto de vista financeiro e de cumprimento de metas, podem ser considerados bastante positivos.

II - Descrição Analítica dos Programas do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, com Indicação das Metas Físicas e Financeiras Previstas e Executadas de Acordo com o Estabelecido na LOA.

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

III - Informações e Análise Sobre a Execução do Plano Plurianual e Prioridades Escolhidas Pelo Município na LDO, Bem Como a Execução das Metas Escolhidas Pela População em Audiência Pública.

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

IV - Análise de Execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Município, Direta ou Indiretamente, Detenha a Maioria do Capital Social com Direito a Voto

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

V - Análise Comparativa Entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar, Liquidados e Não Liquidados Existentes ao Final do Exercício, Bem Como Sobre as Despesas de Exercícios Anteriores Registradas no Balanço Geral

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

VII - Demonstrativo dos Valores Mensais Repassados no Exercício ao Tribunal de Justiça para Pagamento de Precatórios.

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

VIII – Desempenho da Arrecadação

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

IX - Avaliação do Cumprimento dos Limites Previstos na Lei Complementar nº 101/2000 Relativos a Despesas com Pessoal, Operações de Crédito, Endividamento e do Cumprimento das Metas Fiscais.

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)   
III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Despesa com Pessoal:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Gastos com Pessoal No Exercício** | | **Limite** | | **Atingido** | |
| Consolidado | Prudencial | 57,0% | R$ 25.725.264,15 | 42,79% | R$ 19.312.595,30 |
| Máximo | 60,0% | R$ 27.079.225,42 |
| Executivo | Prudencial | 51,3% | R$ 23.152.737,73 | 41,30% | R$ 18.641.750,36 |
| Máximo | 54,0% | R$ 24.371.302,87 |
| Legislativo | Prudencial | 5,7% | R$ 2.572.526,41 | 1,49% | R$ 670.844,94 |
| Máximo | 6,0% | R$ 2.707.922,54 |

**Operações de Crédito:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Demonstrativo** | **No Período** | **Até Período** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Apuração** | **Valor** | **% Sobre RCL** |
| **Receita Corrente Liquida** | **45.318.332,93** | **-** |
| **Total Considerado para Fins de Apuração** | **0,00** | **0,00** |
| Limite Geral Definido Por Resolução | 7.250.933,27 | 16,00 |
| Limite Alerta | 6.525.839,94 | 14,40 |

Demonstrativo das Metas Fiscais

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Fixadas na LDO** | **Execução** | **Diferenças** |
| Receita Total | 38.700.000,00 | 52.163.027,81 | - 14.946.968,22 |
| Receitas Primárias (I) | 38.533.300,00 | 50.328.306,20 | - 11.795.006,20 |
| Despesa Total | 38.700.000,00 | 49.795.344,65 | - 11.095.344,65 |
| Despesas Primárias (II) | 56.770.793,01 | 49.747.495,74 | 7.023.297,27 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | - 18.237.493,01 | 580.810,46 | - 17.656.682,55 |
| Resultado Nominal | 0,00 | - 3.886.012,05 | 3.886.012,05 |
| Dívida Pública Consolidada | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de São João do Oeste para o ano de 2023 sob nº 1.979 de 09 de novembro de 2022, contempla o Anexo de Metas Fiscais previsto no Art. 4º, § 1º da LRF, as quais passo a comentar isoladamente:

 - Receita Total - Meta atingida: a receita total prevista era de R$ 38.700.000,00 e a atingida R$ 52.163.027,81, resultando num superávit de R$ 14.946.968,22

 - Receitas Primárias - Meta atingida: as receitas primárias previstas eram de R$ 38.533.300,00 sendo arrecadado R$ 50.328.306,20, resultando num superávit de R$ 11.795.006,20

X - Avaliação do Cumprimento dos Limites Constitucionais de Aplicação em Saúde e Educação, Previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal.

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25 (...)

§ 1o São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas

de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

No exercício em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 5.650.288,08 correspondente a 16.23% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R$ 468.965,78 equivalente a 0.63%, acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo da Despesa Empenhada** | **No Exercício** |
| Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV) | 38.092.359,88 |
| Despesas por Função/Subfunção (VI) | 8.991.526,75 |
| Deduções (VII+VII) | 2.808.706,99 |
| Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII) | 6.182.819,76 |
| Mínimo a ser aplicado | 5.713.853,98 |
| Aplicação à maior | 468.965,78 |
| Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100 | 16,23 |
| Superávit | 1,23 |

No exercício em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 6.153.944,82 correspondente a 16.16% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R$ 440.090,84 equivalente a 1.16%, acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo da Despesa Liquidada** | **No Exercício** |
| Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV) | 38.092.359,88 |
| Despesas por Função/Subfunção (VI) | 8.948.657,30 |
| Deduções (VII+VII) | 2.794.712,48 |
| Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII) | 6.153.944,82 |
| Mínimo a ser aplicado | 5.713.853,98 |
| Aplicação à maior | 440.090,84 |
| Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100 | 16,16 |
| Superávit | 1,16 |

Evolução histórica dos indicadores:

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

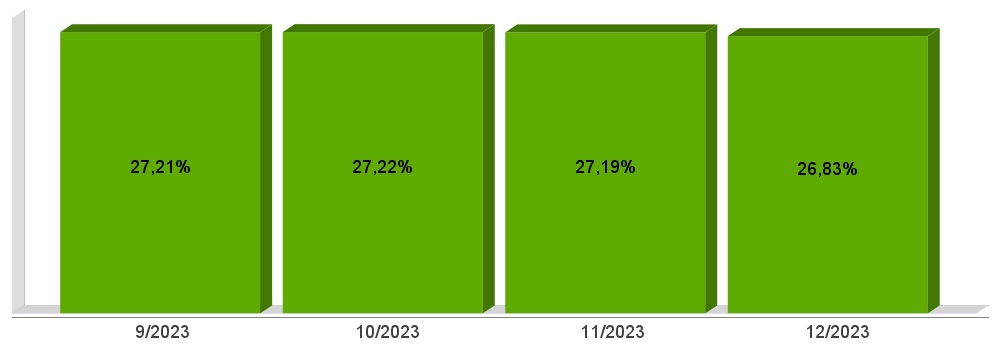
No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R$ 10.579.094,87 correspondente a 26.83% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo aplicado à Maior o valor de R$ 722.590,92 que representa SUPERÁVIT de 1.83% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo da Despesa Empenhada** | **No Exercício** |
| Receita bruta de Impostos e Transferências(IV) | 39.426.015,82 |
| Despesas por função/subfunção(IX) | 8.298.477,56 |
| Deduções(X+XI) | 996.546,76 |
| Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda | - 3.277.164,07 |
| Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII)) | 10.579.094,87 |
| Mínimo a ser aplicado | 9.856.503,96 |
| Aplicado à Maior | 722.590,92 |
| Percentual aplicado | 26,83 |
| Superávit | 1,83 |

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R$ 10.571.906,65 correspondente a 26.81% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo aplicado à Maior o valor de R$ 715.402,70 que representa SUPERÁVIT de 1.81% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo da Despesa Liquidada** | **No Exercício** |
| Receita bruta de Impostos e Transferências(IV) | 39.426.015,82 |
| Despesas por função/subfunção(IX) | 8.103.236,64 |
| Deduções(X+XI) | 808.494,06 |
| Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda | - 3.277.164,07 |
| Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII)) | 10.571.906,65 |
| Mínimo a ser aplicado | 9.856.503,96 |
| Aplicado à Maior | 715.402,70 |
| Percentual aplicado | 26,81 |
| Superávit | 1,81 |

**APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

No exercício analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R$ 3.413.511,84 correspondente a 97.48% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R$ 962.355,09 equivalente a 27.48%, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo da Despesa Empenhada** | **No Exercício** |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 3.501.652,23 |
| Mínimo à ser Aplicado | 2.451.156,75 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II) | 3.413.511,84 |
| Aplicação à Maior | 962.355,09 |
| Percentual Aplicado (II) / (I) x 100 | 97,48 |
| Superávit | 27,48 |

No exercício analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R$ 3.413.511,84 correspondente a 97.48% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R$ 962.355,09 equivalente a 27.48%, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

|  |  |
| --- | --- |
| **Demonstrativo da Despesa Liquidada** | **No Exercício** |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 3.501.652,23 |
| Mínimo à ser Aplicado | 2.451.156,75 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II) | 3.413.511,84 |
| Aplicação à Maior | 962.355,09 |
| Percentual Aplicado (II) / (I) x 100 | 97,48 |
| Superávit | 27,48 |

Análise do cumprimento do limite mínimo de 90% dos recursos oriundos do Fundeb

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal n° 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2oAté 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1o do art. 6o desta Lei, poderão ser utilizados no 1o (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 90% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1 – RECEITAS** | **Até o período** | **Aplicação** |
| Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual | 3.501.652,23 | 3.151.487,00 |
| Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB | 0,00 | 0,00 |
| **I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE** | **3.501.652,23** | **307.637,44** |

No exercício analisado considerando a despesa Empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R$ 3.486.817,28 equivalente a 99.58% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora aplicado à maior o montante de R$ 335.330,28 o qual corresponde a 9.58%, acima do limite mínimo de 90%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - FUNDEB 70%** | **No Exercício** |
| 319004 - Contratação por Tempo Determinado | 819.336,53 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 2.134.959,42 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 337.365,17 |
| 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores | 40.032,59 |
| 319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | 81.818,13 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS** | **3.413.511,84** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - FUNDEB 30%** | **No Exercício** |
| 339030 - Material de Consumo | 16.473,63 |
| 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 56.831,81 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS** | **73.305,44** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - RESUMO** | **No Exercício** |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 3.501.652,23 |
| Mínimo a ser aplicado | 3.151.487,00 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II+III) | 3.486.817,28 |
| Aplicado à maior | 335.330,28 |
| Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100 | 99,58 |
| Superávit | 9,58 |

No exercício analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R$ 3.486.817,28 equivalente a 98.58% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora aplicado à maior o montante de R$ 335.330,28 o qual corresponde a 9.58%, acima do limite mínimo de 90%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

|  |  |
| --- | --- |
| **2 - FUNDEB 70%** | **No Exercício** |
| 319004 - Contratação por Tempo Determinado | 819.336,53 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 2.134.959,42 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 337.365,17 |
| 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores | 40.032,59 |
| 319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | 81.818,13 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS** | **3.413.511,84** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **3 - FUNDEB 30%** | **No Exercício** |
| 339030 - Material de Consumo | 16.473,63 |
| 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 56.831,81 |
| **II) TOTAL DAS DESPESAS** | **73.305,44** |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4 - RESUMO** | **No Exercício** |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 3.501.652,23 |
| Mínimo a ser aplicado | 3.151.487,00 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II+III) | 3.486.817,28 |
| Aplicado à maior | 335.330,28 |
| Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100 | 99,58 |
| Superávit | 9,58 |

XI - Informação Sobre os Valores Anuais das Aquisições e Contratações, por Modalidade de Licitação.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade/Forma** | **Obras e Serviços de Engenharia (A)** | **Compras (B)** | **Contratação de Serviços (C)** | **Total Anual (A + B + C)** |
| Concorrência | R$ 460.292,77 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 460.292,77 |
| Tomada de Preços | R$ 382.358,10 | R$ 0,00 | R$ 628.471,55 | R$ 1.010.829,65 |
| Convite | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Concurso | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$0,00 | R$0,00 |
| Pregão Presencial | R$ 0,00 | R$ 3.772.829,31 | R$ 3.440.594,82 | R$ 7.213.424,13 |
| Pregão Eletrônico | R$ 105.000,00 | R$ 5.287.402,92 | R$ 891.120,94 | R$ 6.283.523,86 |
| Dispensa de Licitação (art. 24, I e II) | R$ 0,00 | R$ 88.360,15 | R$ 75.838,00 | R$ 164.198,15 |
| Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses | R$ 0,00 | R$ 279.866,43 | R$ 899.322,00 | R$ 1.179.188,43 |
| Inexigibilidade de Licitação | R$ 0,00 | R$ 878.850,16 | R$ 1.450.657,48 | R$ 2.329.507,64 |
| Regime Diferenciado de Contratação | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| **Total** | **R$ 947.650,87** | **R$ 10.307.308,97** | **R$ 7.386.004,79** | **R$ 18.640.964,63** |

XII - Sobre o Quantitativo de Servidores Efetivos na Administração Direta e Indireta e em Comissão Não Integrantes do Quadro Efetivo, em 31 de dezembro.

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual.

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

XIV - Informação Sobre o Quantitativo de Contratos de Estágio com Indicação dos Valores Mensal e Anual.

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

XV - Informações Referentes aos Contratos de Terceirização de Mão de Obra na Administração Direta e Indireta, com Detalhamento dos Postos de Trabalho, Respectivas Funções e Valores Mensal e Anual

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

XVI - Demonstrativo dos Gastos com Divulgação e Publicidade por Meio de Contratos de Prestação de Serviços dos Órgãos e Entidades de Administração Pública Municipal

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

XVII - Relação de Convênios com União e Estado Realizados no Exercício e os Pendentes de Recebimento, indicando o Número do Termo, Data, Valor Acordado, Valor Repassado, Valor a Receber, Respectivos Restos a Pagar Inscritos em Razão do Convênio e Demais Informações Pertinentes

Conforme as informações obtidas junto ao setor de projetos, evidencia-se no demonstrativo abaixo as receitas e despesas oriunda de convênio que foi assinado durante o exercício 2023:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | União | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR | | |
| **Número do Contrato de repasse** | 922260/2021/MDR/CAIXA | **Data Assinatura:** | 28/12/2021 |
| **Valor Previsto:** | R$ 481.604,00 | | |
| **Valor Recebido Mês:** | R$ 0,00 | **Valor Recebido Até Mês:** | R$ 0,00 |
| **Valor a Receber:** | R$ 481.604,00 | | |
| **Fase** | Ag. repasse | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | União | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | Transferência Especial da União – Emenda parlamentar | | |
| **Número do Plano de ação:** | 202342510010 | **Data Assinatura:** | 11/12/2023 |
| **Valor Previsto:** | R$ 500.000,00 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$ 500.000,00 |
| **Valor a Receber:** | - | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | União | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | Transferência Especial da União – Emenda parlamentar | | |
| **Número do Plano de ação:** | 202342510010 | **Data Assinatura:** | 11/12/2023 |
| **Valor Previsto:** | R$ 500.000,00 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$ 500.000,00 |
| **Valor a Receber:** | - | | |
| **Fase:** | Em execução | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | União | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | Transferência Especial da União – Emenda parlamentar | | |
| **Número do Plano de ação:** | 202232350003 | **Data Assinatura:** | 29/03/2023 |
| **Valor Previsto:** | R$ 200.000,00 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$ 200.000,00 |
| **Valor a Receber:** | 0,0 | | |
| **Fase:** | Executado | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | União | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | Transferência Especial da União – Emenda parlamentar | | |
| **Número do Plano de ação:** | 202232350003 | **Data Assinatura:** | 29/03/2023 |
| **Valor Previsto:** | R$ 200.000,00 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$ 200.000,00 |
| **Valor a Receber:** | 0,0 | | |
| **Fase:** | Executado | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | Estado de Santa Catarina | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | SEMAE | | |
| **Número SGP-e** | SCC 10677/2023 | **Data Portaria:** | 15/09/2023 |
| **Valor Previsto:** | R$ 5 milhões | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | 0,0 |
| **Valor a Receber:** | R$ 5 milhões | | |
| **Fase:** | Elaboração projeto | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | Estado de Santa Catarina | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | SIE | | |
| **Número SGP-e** | SIE 29427/2021 | **Data Portaria:** | 25/02/2022 |
| **Valor Previsto:** | R$ 3.573.565,93 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$3.573.565,93 |
| **Valor a Receber:** | R$ 0,00 | | |
| **Fase:** | Em execução | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | Estado de Santa Catarina | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | SIE | | |
| **Número SGP-e** | SCC 00013510/2023 | **Data Portaria:** | 05/10/2023 |
| **Valor Previsto:** | R$ 300.000,00 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$0,0 |
| **Valor a Receber:** | R$ 300.000,00 | | |
| **Fase:** | Ag. repasse | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | Estado de Santa Catarina | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | SIE | | |
| **Número SGP-e** | SIE 29427/2021 | **Data Portaria:** | 25/02/2022 |
| **Valor Previsto:** | R$ 3.573.565,93 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$3.573.565,93 |
| **Valor a Receber:** | R$ 0,00 | | |
| **Fase:** | Em execução | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ente Federativo:** | Estado de Santa Catarina | | |
| **Entidade:** | Município de São João do Oeste | | |
| **Órgão:** | SIE | | |
| **Número SGP-e** | SIE 29427/2021 | **Data Portaria:** | 16/01/2024 |
| **Valor Previsto:** | R$ 350.000,00 | | |
| **Valor Recebido:** |  |  | R$0,00 |
| **Valor a Receber:** | R$ 350.000,00 | | |
| **Fase:** | Ag. repasse | | |

O Controle Interno procurou acompanhar na medida do possível a celebração, recebimento e execução dos convênios para realização de obras, serviços ou mesmo para a aquisição de insumos e medicamentos.

A execução financeira de tais instrumentos mostrou-se com dificultosa em todo exercício, na medida em que os órgãos concedentes não respeitaram os cronogramas financeiros estabelecidos, seja por dificuldades financeiras ou mesmo devido ao excesso de burocracia em todas as fases.

XVIII - Relatório Sobre Eventos Justificadores de Situações de Emergência ou Calamidade Pública, com os Reflexos Econômicos e Sociais, bem como Discriminação dos Gastos Extraordinários Realizados Pelo Ente para Atendimento Específico ao Evento, Indicando Número do Empenho.

A LDO/2020 em seu "Anexo III - Riscos Fiscais", conforme previsto no Art. 4º, Parag.3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, faz uma avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Entre os riscos fiscais para o Município de São João do Oeste foram previstas situações de emergência e ou calamidade pública. Se alguma dessas situações previstas ocorresse durante o exercício, a Administração Municipal tem o pressuposto de avaliar a extensão das mesmas, definindo as despesas consequentes, utilizando para o atendimento os recursos consignados na Lei Orçamentária a título de Reserva de Contingência.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Evento** | **Número de Reconhecimento** | **Período de Validade** | **Despesas Extraordinárias** | **Número do Empenho** |
| Declara situação de emergência no Município de São João do Oeste em razão das chuvas intensas (COBRADE 1.3.2.1 .4) e da outras providências. | Decreto 194/2023 | 180 dias |  |  |
| Declara situação de emergência em saúde pública no âmbito do Municipio de São João do Oeste, em decorrência do riso de epidemia causada pelo vírus da dengue e da outras providências | Decreto 049/2023 | 90 dias |  |  |
|  | | |  |  |

No exercício de 2023 foram expedidos dois decretos executivos, em virtude da situação de emergência em saúde pública no âmbito do Município de São João do Oeste, em decorrência do risco epidemiológico causado pela dengue, e em decorrência de fortes chuvas que atingiram a região, o que geraram gastos expressivos em virtude de emergência para o atendimento de tais eventos.

XIX - Manifestação Sobre as Providências Adotadas pelo Poder Público Municipal em Relação às Ressalvas e Recomendações do Tribunal de Contas Emitidas nos Pareceres Prévios Anteriores.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo conforme disposto no Art. 31, parágrafo 1º, da Constituição Federal, bem como àquelas previstas nos Artigos 113 da Constituição Estadual e Artigos 50 e 54 da Lei Complementar Estadual Nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), procede anualmente ao exame das contas do Município apresentadas pelo Prefeito.

Antes do advento da IN-20, a análise até então dava-se basicamente em relação a situação patrimonial, financeira e quanto execução orçamentária, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão.

As informações que o Tribunal de Contas dispõe para analisar as contas do Município são basicamente aquelas extraídas das transmissões efetuadas pela Unidade Gestora através do sistema Esfinge, com periodicidade bimestral.

De posse do Parecer Prévio da Prestação de Contas do exercício de 2023, os apontamentos apresentaram se sintetizam no seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Processo: Relatório PCP 2022** | **Exercício: 2023** | |
| **Recebimento** | Janeiro/2023 |  |
| **Recomendação** | 2.1. às Metas do Saneamento Básico, diante do que dispõe o art. 11-B da Lei n. 11.445/07, incluído pelo Novo Marco Legal do Saneamento (Lei n. 14.026/20) |
| **Postura/Medidas Adotadas UCI** | Informado o Gestor sobre a recomendação; Análise do fato supracitado e, comunicada a Engenheira Sanitarista da municipalidade, foi informado a este Setor de Controle Interno que há firmado um TAC (Termo de Ajuste de conduta) entre o Município e o IMA (FATMA), por intermédio do Ministério Público referente ao cumprimento das metas do Saneamento básico (Processo nº 09.2011.00000821-2). |
| **Postura Gestor** | Ciência e acompanhamento dos fatos. |

|  |
| --- |
|  |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Processo: Relatório PCP 2022** | **Exercício: 2023** | | | **Recebimento** | Janeiro/2023 |  | | **Recomendação** | 2.2 à formulação dos instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) –, de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, com as metas e com as estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e de cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) | | **Postura/Medidas Adotadas UCI** | Análise do fato supracitado e comunicação feita ao Secretário da Educação e Gestor; | | **Postura Gestor** | Ciência dos fatos e análise de melhoria. | |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Processo: Relatório PCP 2022** | **Exercício: 2023** | | | Janeiro/2023 | Janeiro/2023 |  | | **Recomendação** | **2.3.** à efetuação das adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício no que se refere às políticas públicas municipais, consoante disposto no ***Relatório DGO n. 206/2023***. | | **Postura/Medidas Adotadas UCI** | Análise do fato supracitado e comunicação feita alertando sobre tal recomendação. | | **Postura Gestor** | Ciência dos fatos e análise de melhoria. | |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Processo: Relatório PCP 2022** | **Exercício: 2023** | | | **Recebimento** | **Janeiro/2023** |  | | **Recomendação** | **3.** Recomenda à Prefeitura Municipal de São João do Oeste que atente para as restrições apontadas pelo Órgão Instrutivo constantes dos itens 9.2.1 a 9.2.3 da Conclusão do Relatório DGO. | | **Postura/Medidas Adotadas UCI** | Análise do fato supracitado e comunicação feita alertando sobre tal recomendação. | | **Postura Gestor** | Ciência dos fatos e análise de melhoria. | |

Faz-se imperativo relatar que as principais dificuldades relativas às supostas recomendações dizem respeito a apuração e verificações efetuadas pelo sistema e-Sfinge que não detecta as supostas irregularidades antes da remessa bimestral, ou seja, na fase de validação dos pacotes de dados. Por conseguinte, em todo ano de 2023, houve grandes incompatibilidades entre o sistema e-Sfinge e o Sistema utilizado pela municipalidade (Betha). Diversos chamados foram feitos para suprir as irregularidades que, dentre elas, os atrasos de envios de dados em tempo hábil correto. Relata-se, no entanto, a boa receptividade e o comprometimento demonstrado pelos responsáveis em corrigir e acatar as recomendações e determinações emanadas do TCE quando do recebimento dos próximos pareceres prévios.

Além disso, a análise, aprovação/desaprovação e divulgação do Parecer Prévio por parte do TCE/SC tem ocorrido tardiamente, o que dificulta de sobremaneira qualquer ação corretiva visto que as atenções e esforços estão totalmente voltadas ao fechamento do exercício corrente. Podemos ainda destacar que, apesar de todas as intercorrências, houve o envio de todos os dados solicitados ao Tribunal de Contas do Estado.

XX - Demonstrativo dos Valores Arrecadados Decorrentes de Decisões do Tribunal de Contas que Imputaram Débito a Responsáveis, individualizados por Título, com Indicação das Providências Adotadas em Relação aos Títulos Pendentes de Execução Para Ressarcimento ao Erário

Item não descrito conforme Portaria do Tribunal de Contas de Santa Catarina N. TC-0789/2023

XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) n° 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

A elaboração do Plano Municipal de Educação faz parte das ações em prol da educação e da qualidade social dos munícipes de São João do Oeste. Representa o conjunto de avanços que a sociedade deseja para a educação sãojoestina no período de 10 anos.

A elaboração das metas, ao contar com a contribuição de um amplo leque de entidades e organizações educacionais, certamente dá uma firmeza da consolidação do que há de mais adequado e eficiente para a nossa realidade. Métodos modernos de ensino e uma filosofia educacional atualizada, com profissionais comprometidos e instalações adequadas farão com que as metas do Plano Decenal sejam atingidas, principalmente se sempre atentos e preparados para aceitar inovações que poderão surgir durante a execução deste plano. Ajudar a melhorar a sociedade através da educação é uma missão de grande responsabilidade e um imenso desafio, mas também uma honra e um privilégio destinado aos educadores.

O Plano Municipal de Educação de São João do Oeste – PME é resultado de uma construção coletiva, envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional e propondo diretrizes e metas para a educação para 10 anos, a partir do contexto nacional, da legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

O PME originou-se do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/ 2001, a qual determina que, a partir dos pressupostos, diretrizes e metas do PNE, cada município construa seu Plano de Educação. Essa elaboração cumpriu a legislação e permitiu pensar e repensar a Educação do município e projetá-la para dez anos. Atendendo os anseios dos munícipes e sendo coerente com toda a conjuntura social, política e cultural do país.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 – cinquenta anos após a primeira tentativa oficial – ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação, em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público. Nesse contexto, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam-se em regime de colaboração de seus sistemas de ensino, com o objetivo de promoverem uma educação de qualidade para o país.

O PME é a proposta de ação da Educação no município de São João do Oeste para a década de 2015 a 2025. Caracteriza-se pela elaboração coletiva da sociedade e como Projeto de Educação para o município, composto por 16 metas e 223 estratégias.

Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Investimento público municipal direto em educação (2020): 26,05%. PIB municipal (2015): R$ 179.063.000,00 |
| **Avaliação da Meta** | O município está investimento mais de 25% da arrecadação em educação, superando a meta estabelecida. Com relação ao PIB, dificilmente chegaremos a concretização do investimento do PIB, pois a nível Nacional isto também não ocorre. |
| **Metas PNE** | Meta 20: ampliar o investimento em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. |
| **Metas PEE** | Meta 19: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. |
| **Meta PME** | Meta 16: Acompanhar o aumento gradativo do investimento público da União e Estado, em educação pública, a fim de atingir o patamar de até 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, o equivalente a até 10% (dez por cento) do PIB ao final de vigência deste PME. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Reestruturação do plano de carreira: Lei nº 1.783 de 17/12/2018. Valor do piso efetivamente pago pela rede pública: R$ 2.855,75. Meta atingida: 100% |
| **Avaliação da Meta** | Meta superada em relação a reestruturação e adequação do Plano de Carreira Público Municipal. Em relação ao Piso Nacional, o município, uma vez que todos os professores possuem formação a nível superior, não precisou adequar o piso ao Nacional. Não houve equiparação ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. |
| **Metas PNE** | Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. |
| **Metas PEE** | Meta 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano. |
| **Meta PME** | Meta 14: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 03 (três) anos a adequação do plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Nº de escolas total do município (Rede Municipal, Privada e Estadual): 11. Nº de escolas que realizam eleições para diretores: 03. Nº de escolas que possuem Conselho Escolar ou Conselho Deliberativo: 11. Nº de escolas que possuem Grêmio Escolar (Rede Estadual): 03. Nº de escolas que elaboraram o PPP com participação da comunidade: 11 |
| **Avaliação da Meta** | Meta 100% atingida |
| **Metas PNE** | Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. |
| **Metas PEE** | Meta 18: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano. |
| **Meta PME** | Meta 15: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Porcentagem e total de professores da Educação Básica com Ensino Superior, por etapa de ensino e por rede de ensino: Rede Municipal: 100% Rede Estadual: 90% Rede privada: 100% |
| **Avaliação da Meta** | Na Rede Municipal de Ensino, todos os docentes efetivos e ACTs, possuem habilitação a nível superior. Na Rede Estadual esta meta ainda não foi atingida, demandando de mais planejamento e incentivo do Governo Estadual |
| **Metas PNE** | Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. |
| **Metas PEE** | Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada. |
| **Meta PME** | Meta 12: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Total de professores da Rede Municipal com pós-graduação: 100%. Garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino, anualmente o município oferta no mínimo 40 horas de aperfeiçoamento a todos os docentes e 25 horas aos demais profissionais de educação. |
| **Avaliação da Meta** | Meta a nível de rede municipal 100% atingida. |
| **Metas PNE** | Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. |
| **Metas PEE** | Meta 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino. |
| **Meta PME** | Meta 13: Incentivar para que 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica atinjam nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Número de matrículas na EJA (Médio): 18 Número de matrículas na forma integrada à ed. Profissional no ensino fundamental, médio e pós médio: 08 |
| **Avaliação da Meta** | O município possui um Programa de Incentivo à educação profissional: Programa Municipal de Bolsas de Estudo, onde atendeu, em 2020, 08 estudantes de cursos profissionalizantes. |
| **Metas PNE** | Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. |
| **Metas PEE** | Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano. |
| **Meta PME** | Meta 10: Apoiar e incentivar, durante a vigência deste Plano, a oferta de projetos desenvolvidos em parceria com instituições de educação profissional, públicas e privadas, para que o público-alvo da educação de jovens e adultos e ensino médio tenha acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, oportunizando diversas formas de inserção social. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | População de 18 a 24 anos que frequenta curso superior: 70 inscritos no Programa Municipal de Bolsas de Estudo |
| **Avaliação da Meta** | O município possui um Programa de Incentivo à educação superior: Programa Municipal de Bolsas de Estudo, sendo que, investiu, em 2020, R$ 70.000,00 em bolsas. |
| **Metas PNE** | Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. |
| **Metas PEE** | Meta 12: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias. |
| **Meta PME** | Meta 11: Articular, com a União e o Estado, a elevação de matrículas na educação superior para a população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, nas instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais idade no município: 99% Percentual de analfabetos absolutos no município: 1% Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais idade no município (com menos de 5 anos de escolaridade): 8,4% |
| **Avaliação da Meta** | O município de São JOÃO do Oeste ostenta o título de tricampeão nacional em alfabetização e, de acordo com o último Censo escolar está em segundo lugar a nível nacional e, em primeiro a nível estadual. Para atingir a meta demanda de mais investimento. |
| **Metas PNE** | Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. |
| **Metas PEE** | Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. |
| **Meta PME** | Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 99,5% (noventa e nove vírgulas cinco por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | IDEB 2019: Anos Iniciais: 7,6 Anos Finais: 6,3 Ensino Médio: 5,7 |
| **Avaliação da Meta** | Mais de 100% da meta atingida |
| **Metas PNE** | Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: Anos Iniciais (2017): 6,1 Anos Finais (2017): 5,8 Ensino Médio (2017):5,2 |
| **Metas PEE** | Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB: Anos Iniciais (2017): 6,1 Anos Finais (2017): 5,8 Ensino Médio (2017): 5,2 |
| **Meta PME** | Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB: Anos Iniciais (2019): 6,3 Anos Finais (2019): 6,0 Ensino Médio (2019): 5,9 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | O percentual da população de 18 a 29 anos com menos de 12 anos de estudo é de 38,8% (Fonte: INEP, 2020) |
| **Avaliação da Meta** | Esta meta demanda de mais investimento por parte do Poder Público Estadual, já que contempla a faixa etária da população de responsabilidade do estado. |
| **Metas PNE** | Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. |
| **Metas PEE** | Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). |
| **Meta PME** | Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Número de alunos Matriculados no 3º ano no município em 2020: 53. Taxa de aprovação: 100% |
| **Avaliação da Meta** | Meta 100% atingida |
| **Metas PNE** | Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. |
| **Metas PEE** | Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental |
| **Meta PME** | Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Número de escolas públicas de educação básica que atendem em tempo integral: 03 (27,27%) Número de alunos matriculados em escolas públicas de educação básica que ofertam tempo integral: 40%) |
| **Avaliação da Meta** | Esta meta, possui o primeiro indicativo com percentual abaixo do previsto, já o segundo indicativo está de acordo com a meta prevista. |
| **Metas PNE** | Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. |
| **Metas PEE** | Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano. |
| **Meta PME** | Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequentam a escola: 100% |
| **Avaliação da Meta** | Meta 100% atingida. |
| **Metas PNE** | Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. |
| **Metas PEE** | Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional incl.... |
| **Meta PME** | Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola: 93,1% Taxa de escolarização liquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos: 62,5 % |
| **Avaliação da Meta** | Esta meta demanda de mais investimento do Governo Estadual para seu alcance total, uma vez que esta faixa etária está sob sua responsabilidade. |
| **Metas PNE** | Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). |
| **Metas PEE** | Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento). |
| **Meta PME** | Meta 3: Universalizar, até o quinto ano de vigência deste Plano, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 95% (noventa e cinco por cento). |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | Lei municipal n° 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | A meta em sua primeira parte está sendo 100% cumprida. A segunda parte demanda de mais investimento do Poder Público Municipal: 20,3% da população de 0 a 3 anos sendo atendida (Fonte: INEP) |
| **Avaliação da Meta** | A meta está sendo integralmente cumprida |
| **Metas PNE** | Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. |
| **Metas PEE** | Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano. |
| **Meta PME** | Meta 1: Manter atendimento em 100% da educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender até 70% das crianças de 00 a 03 anos até o final da vigência do plano. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei Municipal** | 1637/2015 de 02/06/2015 |
| **Situação do Município** | Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola: 100%. Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído: 67,6% (Fonte: INEP) |
| **Avaliação da Meta** | O primeiro indicativo da meta (população de 06 a 14 anos) está sendo executada em 100%, já o segundo indicativo (percentual de população com 16 anos ou mais com o fundamental completo) ainda demanda de mais investimentos. |
| **Metas PNE** | Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. |
| **Metas PEE** | Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano. |
| **Meta PME** | Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano. |

A consecução dos objetivos e metas propostas no Plano Municipal de Educação de São João do Oeste, dependem do envolvimento de toda a sociedade, assegurando sua implantação e implementação.

Porém, coube ao Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o acompanhamento e avaliação do PME em 2023, propondo, sempre que necessário, alterações para atender as necessidades educacionais.

XXII – Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas

Buscando junto ao Gabinete do Prefeito, setor jurídico e Presidência dos demais órgãos e entidades, não houve relatos de solicitações por parte do TCE/SC.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONTROLE INTERNO

A instituição do Sistema de Controle Interno no âmbito do município de São João do Oeste tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos do Município, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Controladoria atua basicamente através de pareceres, alertas, instruções, relatórios de auditoria, relatório anual e principalmente, com recomendações informais que corrigem possíveis falhas, vícios ou deficiências operacionais detectadas nas secretarias e órgãos da administração pública municipal.

Cita-se que em 2023 juntou-se ao quadro de funcionários uma servidora efetiva, advinda de concurso público, para efetuar os trabalhos inerentes ao cargo de Analista de Controle Interno.

Relativamente ao Tribunal de Contas do Estado, o Controle Interno atua na elaboração e remessa dos pacotes de informações relacionadas a execução financeira, orçamentária e atos de pessoal através do sistema Esfinge.

Com relação ao Poder Legislativo, convencionou-se que a Controladoria Interna, como forma de auxiliar no controle externo exercido pela Câmara de Vereadores, acompanhe as discussões e decisões tomadas e esteja a disposição para eventuais consultas ou prestação de informações.

Conforme previsto em lei, a Controladoria exerce o controle sobre todas as Operações de Crédito existentes bem como aquelas programadas para o exercício vigente.

Com a entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 709/2002, instituindo o Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo do Município de São João do Oeste, houve a necessidade de se estabelecer um planejamento adequado dentro das possibilidades e estrutura em atendimento às competências e responsabilidades previstas naquela norma legal.

A ação do Controle Interno, atendeu às necessidades dentre da medida de suas possibilidades operacionais, não esgotando o rol das ações possíveis de serem realizadas dentro da unidade.

Tais acompanhamentos estiveram focados nas orientações previstas nas Legislações específicas e também orientadas nas Instruções Normativas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dentre os quais destaca-se:

1) CONTABILIDADE, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, CONSOLIDAÇÃO DO PCASP

a) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Aplicação Constitucional Mínima de 25% dos recursos arrecadados com impostos e demais transferências em despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Acompanhamos a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 25% dos recursos recebidos no decorrer do exercício, provenientes de impostos e demais transferências em despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, art. 212);

b) Ações e Serviços Públicos realizados na Saúde – Aplicação Constitucional Mínima de 15% dos recursos arrecadados com impostos e demais transferências em despesas com ações e serviços públicos realizados com saúde: acompanhamento da aplicação pelo Município do mínimo Constitucional dos recursos recebidos no decorrer do exercício, provenientes de impostos e demais transferências em despesas com ações e serviços públicos realizados efetivamente com saúde;

c) Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO:

Acompanhamento da publicação bimestral e a integridade e confiabilidade dos demonstrativos relativos ao RREO relativos ao exercício;

d) Relatório de Gestão Fiscal:

Acompanhamento da publicação quadrimestral e semestral bem como a integridade e confiabilidade dos demonstrativos relativos ao RGF relativos ao exercício;

e) Audiência Pública de avaliação do cumprimento de Metas Fiscais:

Auxílio, fiscalização e realização das audiências, com a elaboração e apresentação das informações realizadas no exercício;

f) Empenhos a Liquidar e a Pagar do Município:

Acompanhamento contínuo de forma informal, com o apoio do Departamento Contábil, a posição dos empenhos, visando o seu controle, bem como ainda os que se tornaram restos a pagar.

g) Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito

Avaliação do resultado apurado inerente aos saldos da Dívida Consolidada Líquida ao final do exercício, em observância aos limites estabelecidos pela Lei Complementar Nº101/2000 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, exercendo controle sobre as Operações de Crédito.

h) Análise dos Processos Licitatórios, suas dispensas e inexigibilidades, os atos, contratos e outros instrumentos congêneres:

Acompanhamos por amostragem, processos licitatórios em andamento no Município, através da página do Site da Prefeitura bem como de forma presencial, com emissão de pareceres;

i) Relatórios de Controle Interno

Elaboração dos relatórios anuais de controle interno que integram o processo de prestação de contas anual do município e de gestão, cumprir com as obrigações impostas ao CI através da IN TCE/SC nº 20/2015;

j) Orientar os gestores sobre as vedações de final de mandato e vedações eleitorais visto tratar-se de período atípico, norteando os gestores sobre as vedações eleitorais e de final de mandato de forma a não incorrer em crimes dessa natureza.

2) TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Acompanhamento contínuo, incentivando e cobrando a aplicação da Lei da Transparência Pública em todos os setores da Administração Pública. Tanto os aspectos da transparência ativa como a passiva, foram amplamente fiscalizados.

3) REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS

Durante todo exercício, ocorreram verificações contínuas, principalmente no acompanhamento de processos licitatórios, lançamentos e registros contábeis e procedimentos adotados junto ao setor de tributação, RH, Almoxarifado e Frotas.

Acompanhamento direto nos processos de concessão de recursos por meio dos editais abertos, em consonância com a Lei 13.019.

4) INSPEÇÕES

Realizadas inspeções por amostragem em programas executados com verbas repassadas pelo Governo Federal tais como PNAE e PNATE. Junto ao setor de contabilidade e tesouraria, são realizadas inspeções de forma rotineira, a fim de avaliar a fidedignidade das informações, bem como, a tramitação conforme a legalidade exigida.

Junto ao setor de compras, também ocorrem inspeções sistêmicas, a fim de orientação e acompanhamento dos principais processos licitatórios.

5) INFORMAÇÕES ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Efetuados levantamentos com o objetivo de auxiliar o Departamento de Contabilidade para o encerramento do exercício, através de comunicações internas sobre a necessidade de eventuais correções de rumo por parte dos Gestores tais como redução de gastos, limitação de empenhos ou não atingimento de índices e ou limites constitucionais.

Principais Documentos Produzidos:

|  |  |
| --- | --- |
| **CONTROLADORIA INTERNA – EXERCÍCIO 2023** | |
| Pareceres de Atos de Pessoal | 70 |
| Pareceres de transferência de recursos financeiros | 24 |
| Pareceres de antecipação de recursos | 1538 |
| Comunicados Internos | 02 |
| Notificações Expedidas | 01 |
| Ofícios Encaminhados | 03 |

De forma geral, o Controle Interno atuou de forma contínua, dentro das possibilidades técnicas e operacionais, e muito de forma consultiva e informal, nos processos envolvendo a administração pública. Dada uma ênfase para adequação e preparação dentro dos prenúncios da Lei Federal 13.019, bem como, enfocando junto aos gestores, a necessidade de adequações para permitir o cumprimento das exigências da IN 20 do TCE/SC.

Considerações Finais

Considerando, que os resultados das verificações efetuadas no decorrer do exercício de 2023 revelaram algumas irregularidades e falhas de ordem formal, algumas corrigidas tempestivamente outras não, entretanto, nenhuma que traga prejuízos e/ou danos relevantes ao erário público; Considerando que as medidas adotadas visam à prevenção de novas irregularidades e falhas da mesma natureza; Considerando que o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e executadas através da Lei Orçamentária Anual, podem ser entendidas como satisfatórias; Considerando o cumprimento do percentual de gastos mínimos com ações e serviços de saúde; Considerando o cumprimento do percentual de gastos mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino; Considerando o acompanhamento e a observância aos limites de gastos com pessoal, demonstrando o cumprimento do art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando a observância e cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Nestes termos, a Controladoria Geral do Município de São João do Oeste conclui por entender que os controles internos praticados com vistas a prevenir erros, falhas, ilegalidades, fraudes e desperdícios foram entendidos como satisfatórios, assim como as medidas tomadas para regularização das pendências, considerando dessa forma, adequadas às contas do exercício de 2023 expressas no balanço geral, salvo os apontamentos efetuados no relatório.

**Daniela Dopke**

Analista de Controle Interno

1. Oferta atendimento de adolescentes entre 13 a 17 anos oriundos de famílias vulneráveis, promovendo a integração deste público alvo com intuito de desenvolver assistência social, educação para o meio ambiente e despertar o interesse na aprendizagem em áreas afins, através de conhecimento referente ao meio ambiente, despertando a consciência ecológica e desenvolvendo práticas ambientais. Favorece acesso a novas experiências e gera o desenvolvimento de novas sociabilidades. [↑](#footnote-ref-1)
2. Oferta atendimento de pessoas em vulnerabilidade econômica, com intuito de desenvolver, consolidar e assegurar a promoção humana e o bem-estar social.

   ³ Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, que propõe a criação de um Sistema de Informação em rede para registro e tratamento de dados referentes a adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas.

   [↑](#footnote-ref-2)
3. [↑](#footnote-ref-3)
4. Objetiva ofertar atendimento especializado aos cuidadores para prevenir a ocorrência e/ou reincidência de violação de direitos, com a exceção do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas com Dependências e suas famílias. [↑](#footnote-ref-4)
5. Composta por ferramentas que realizam registro e divulgação de dados sobre recursos repassados; acompanhamento e processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais; gerenciamento de convênios; suporte à gestão orçamentária; entre outras ações relacionadas à gestão da informação do SUAS. [↑](#footnote-ref-5)